

Apadep Atividades

Segundo Semestre de 2024

Diretoria 2024-2026



Apadep

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS

Balanço do Primeiro Semestre de Gestão da Apadep

O segundo semestre de 2024 marcou o início da nova gestão à frente da Associação Paulista das Defensoras e Defensores Públicos (Apadep). Desde o começo, a Diretoria, liderada pela presidenta Jordana Rolim, atuou de maneira firme, estratégica e articulada reafirmado seu compromisso com a valorização da carreira, a proteção das prerrogativas da Defensoria Pública e o fortalecimento do modelo público de acesso à justiça.

O semestre foi marcado por um intenso trabalho legislativo. Entre os principais marcos, destaca-se a aprovação do PLC 46/2024, que tratou da recomposição inflacionária das Defensoras e Defensores Públicos. A Apadep trabalhou intensamente junto aos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para garantir a célere tramitação da proposta, que foi aprovada na noite de 3 de setembro no plenário da Casa Legislativa. A rápida aprovação representou o reconhecimento da relevância da Defensoria Pública e de suas/seus membras/os no sistema de justiça paulista.

Em outubro, a Apadep teve forte atuação junto ao Congresso Nacional em relação à PEC 66/2023. A proposta, originalmente voltada ao parcelamento especial de dívidas de estados e municípios, recebeu no Senado Federal uma emenda de plenário que impunha nova reforma previdenciária a estes entes federativos. A Apadep atuou de forma incisiva para a supressão da emenda, articulando com Deputados Federais que compunham a CCJ da Câmara, obtendo êxito em 29 de outubro, quando a Comissão aprovou o parecer do relator, Deputado Darci de Matos (PSD/SC), suprimindo a emenda.

Ainda na esfera legislativa, no mês de dezembro, a Apadep se mobilizou em torno da PEC 45/2024, que buscava estabelecer que apenas parcelas indenizatórias previstas em lei complementar nacional poderiam ser excluídas do teto remuneratório constitucional. Desde que a proposta foi protocolada, a Apadep esteve em Brasília articulando com parlamentares para garantir a supressão ou modificação do texto. Após intenso trabalho, o relator Deputado Moses Rodrigues (União/CE) acolheu o pleito das associações ao prever que as verbas indenizatórias poderão ser regulamentadas por lei ordinária de caráter nacional e uma disposição transitória garantindo a validade das verbas atuais até a edição da nova norma — importante conquista da qual a Apadep participou ativamente até a aprovação da proposta no Senado Federal.

Balanço do Primeiro Semestre de Gestão da Apadep

Também em dezembro, a Apadep atuou fortemente em relação ao PL 4015/2023, inserido na pauta do plenário da Câmara dos Deputados no dia 3. O texto, oriundo do Senado Federal, reconhecia como atividade de risco aquelas desempenhadas por Defensoras e Defensores públicos, magistradas/os e membras/os do Ministério Público. A inclusão da Defensoria no projeto foi fruto da articulação conjunta da Apadep, da Anadep e demais Associações estaduais. No entanto, o relator do projeto na Câmara, Deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA), apresentou parecer preliminar rejeitando as emendas oriundas do Senado, excluindo a Defensoria do texto.

A partir disso, a Apadep trabalhou para que fossem apresentados destaques de emenda reinserindo a Defensoria no texto. No dia 4 de dezembro, a presidenta Jordana Rolim esteve em Brasília dialogando com parlamentares de diversos partidos. Três pedidos de destaque foram formalmente apresentados por diferentes bancadas, e parlamentares defenderam a reinclusão da Defensoria em plenário. Contudo, o parecer do relator foi aprovado sem as emendas, mantendo apenas magistratura e Ministério Público. Apesar disso, os destaques poderão ser votados em momento posterior, e até que isto ocorra o projeto não poderá ser encaminhado para a sanção presidencial.

No âmbito interno, a Apadep também manteve uma postura atuante. Ainda no mês de julho, a Apadep apresentou manifestação na proposta orçamentária setorial para o exercício de 2025 (Processo SEI nº. 2024/0016980). Em sua manifestação, a Apadep defendeu que deveria constar na peça orçamentária previsão para: reajuste vencimental de 15% em 2025 e 15% em 2026; alteração da proporção entre acumulação e compensação de 3x2 para 1x1; atualização do programa de assistência à saúde suplementar para 15% da remuneração; possibilidade de indenização das atividades de especial dificuldade; mudança da base de cálculo das gratificações de especial dificuldade, atividades extraordinárias e coordenações para que passe a ser a remuneração total.

Em agosto, a Apadep apresentou manifestação em processo do Conselho Superior, defendendo a incidência de juros de mora e correção monetária em indenizações de férias e licenças prêmio.

Balanço do Primeiro Semestre de Gestão da Apadep

Em outubro, a Associação apresentou duas propostas de deliberação. A primeira, protocolada em 9 de outubro, buscou regulamentar a nova redação do artigo 134, §2º, da LC 988/06, sobre indenização pelo indeferimento de compensações referentes a atividades exercidas aos finais de semana, feriados ou recessos. A proposta visou garantir segurança jurídica e efetividade ao direito já previsto, sugerindo dois dias de compensação para cada plantão, com possibilidade de indenização. A segunda proposta, apresentada em 17 de outubro em parceria com o Defensor Público associado Rafael Negreiros Dantas de Lima, buscou instituir uma política institucional de monitoramento de riscos e proteção de membras/os e servidoras/es da Defensoria Pública. A proposta visa prevenir e gerenciar riscos relacionados às atividades funcionais, com medidas de proteção adequadas e planos individualizados de segurança para as unidades da Defensoria.

Já em 22 de novembro, o Conselho Superior aprovou uma importante proposta da Apadep para alterar a Deliberação CSDP nº 340/2017, regulamentando compensações por atividades de especial dificuldade. A proposta foi apresentada originalmente em dezembro de 2023, e fundamentada em parecer do Prof. Dr. Márcio Cammarosano.

Ainda neste primeiro semestre de gestão, a Apadep oficiou a Defensoria Pública-Geral em relação à recorrente instabilidade e/ou indisponibilidade do sistema E-Saj; e também formalizou três pedidos administrativos referentes a: i) retroatividade do tempo de serviço públicos prestado em outros entes; ii) reconhecimento do tempo de estágio na OAB e em outras Defensorias e Ministérios Públicos e iii) reconhecimento do tempo de estágio em outros entes públicos. Com relação ao reconhecimento do tempo de estágio em outras Defensorias, a Apadep já havia formulado pedido à Defensoria Pública-Geral em 2022.

A Apadep ainda obteve importante vitória, no dia 17 de julho, quando a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento ao agravo de instrumento que havia sido interposto pela OAB/SP, questionando a possibilidade de devolução das anuidades pagas pelas/os associadas/os desde a impetração do mandado de segurança coletivo (processo nº. 0016414-67.2012.4.03.6100), que ocorreu em 17.09.2012, até a data de desvinculação das/os associadas/os.

Balanço do Primeiro Semestre de Gestão da Apadep

A Associação também manteve seu compromisso de aproximação interinstitucional, com reuniões com o Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, Fábio Prieto, com a Presidência do Tribunal de Justiça, a Presidência da OAB, e as Presidências as Associações do sistema de Justiça do Estado de São Paulo.

Neste semestre, a Associação ainda realizou sua tradicional festa de final de ano, fez um brunch para associadas/os aposentados, recepcionou as/os novas/os colegas do IX Concurso, retomou o vôlei mensal para associadas/os, e as visitas às unidades do interior e litoral, dentre outras atividades associativas.

Este primeiro semestre de gestão evidenciou uma Apadep ativa, combativa e comprometida com os interesses da categoria. A atuação articulada da Associação nos âmbitos legislativo e institucional fortalece a Defensoria Pública e o modelo público de acesso à justiça, e reafirma o protagonismo da Apadep na defesa de suas/seus associadas e associados.

Com os olhos voltados para os desafios do próximo semestre, a Apadep seguirá atuando com firmeza, diálogo e dedicação, honrando sua missão institucional e ampliando conquistas para Defensoras e Defensores Públicos.

Associação Paulista das Defensoras e Defensores Públicos – Apadep
Gestão 2024-2026

Posse Administrativa da nova Diretoria

A Diretoria e o Conselho da Apadep eleitos para o biênio 2024-2026 tomaram posse no dia 28 de junho e a partir de 1º de julho, Jordana de Matos Rolim assumiu como Presidenta, tendo ao seu lado, na Diretoria afastada, Luiz Felipe Rufino (Diretor Administrativo) e Luiza Lins Veloso (Diretoria Financeira). Ana Paula de Castro Meirelles Lewin assumiu como Vice-Presidenta da gestão.



Na Diretoria não afastada assumiram: Marina Costa Craveiro Peixoto (Diretoria Financeira); Raphael Camarão Trevizan (Diretoria Jurídica); Mariana Dalberto (Diretoria De Relações Institucionais); Rafael Galati Sabio e Fernando Artacho Carvalho Martins (Diretoria De Assuntos Legislativos); Mario Thiago Moreira e Sabrina Nasser de Carvalho (Diretoria De Articulação Social); Gabriel Kenji Wasano Misaki e Lorena Pereira Santin Jardim (Diretoria de Previdência e Convênios); Priscila Domiciano Da Silva, Alandeson De Jesus Vidal, Jaqueline Marcelle Alves Amaral e Vitor José Tozzi Cavina (Diretoria de Assuntos do Interior); Maria Dolores Maçano e Silvana Jota de Figueiredo (Diretoria das Aposentadas e Aposentados); Mariela Moni Marins Tozetto, Maria Fernanda Ghannage Barbosa e Mariana Chaib (Diretoria das Mulheres); Leticia Lopes Soares De Souza e Bruno Damasco Dos Santos Silva (Diretoria Social e Cultural); André Eugênio Marcondes, Leandro De Castro Gomes e Leila Rocha Sponton (Conselho).

JULHO

Agenda no Congresso Nacional



Logo nos primeiros dias de gestão, a Presidenta cumpriu agenda no Congresso Nacional. No dia 10 de julho, Jordana Rolim se reuniu com o Deputado Celso Russomano (Republicanos/SP), na Câmara dos Deputados.

Esteve também com Júnior Teixeira, assessor do Deputado Cezinha de Madureira (PSD/SP), e foi recebida por Gustavo e Luciana Leite, assessor jurídico e chefe de gabinete do Deputado Marcos Pereira (Republicanos/SP), Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Jordana Rolim dialogou, ainda, com Wellington Lúcio, assessor do Deputado Mário Frias (PL/SP).



Agenda interinstitucional nacional

Ainda em Brasília, Jordana Rolim participou, pela primeira vez como Presidenta da Apadep, da AGE da Anadep que teve como destaque as celebrações pelos 40 anos da entidade nacional, completados em 3 de julho.

As atividades em torno da agenda interinstitucional também foram iniciadas em 10 de julho, quando a Presidenta Jordana Rolim e o Diretor Legislativo Rafael Galati participaram de um jantar para Defensoras/es, representantes dos Três Poderes, sociedade civil e imprensa, em comemoração pelos 40 anos da Anadep.

No dia seguinte, ocorreu uma sessão especial no Senado Federal proposta pelo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que presidiu a solenidade e demonstrou apoio ao fortalecimento e ao crescimento da Defensoria Pública em todo o País.



Agenda interinstitucional estadual

No dia 30 de julho, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, acompanhada da Diretora Luiza Lins Veloso e do Diretor Luiz Felipe Rufino, fizeram uma reunião de cortesia com a Diretoria da APESP.

Na oportunidade, puderam dialogar com o Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, José Luiz Souza de Moraes, com a Secretária-Geral da APESP, Isabelle Maria Verza, e com o ex-Presidente e atual Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni.

Também no mesmo dia, a Diretoria da Apadep esteve na sede executiva da Associação Paulista do Ministério Público. A Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins Veloso e o Diretor Luiz Felipe Rufino, se reuniram com o Presidente Paulo Penteado, o 1º Vice-Presidente, Gabriel Bittencourt Perez, o 1º Secretário, Fernando Pereira da Silva, e o 1º Tesoureiro da APMP, Pedro Eduardo de Camargo Elias.



Atuação no Conselho Superior

A Apadep apresentou manifestação na proposta orçamentária setorial para o exercício de 2025 (Processo SEI nº. 2024/0016980). Após apresentação do voto pela relatora, Conselheira Surrailly Youssef, que aconteceu na sessão do colegiado ocorrida em 19 de julho, houve pedido de vista do Conselheiro Luiz Eduardo Coelho e da Apadep.

Diante do pouco tempo para discussão, a Apadep antecipou-se à apresentação do voto pela Relatora e formulou por e-mail, em 18/07/2024, perguntas e pedidos de simulações relacionados à verba diferida, CTI e pauta remuneratória. As perguntas foram parcialmente respondidas pela Administração Superior e os pedidos de simulação não foram realizados.

Em sua manifestação, a Apadep defendeu que deveria constar na peça orçamentária previsão para: reajuste vencimental de 15% em 2025 e 15% em 2026; alteração da proporção entre acumulação e compensação de 3x2 para 1x1; atualização do programa de assistência à saúde suplementar para 15% da remuneração; possibilidade de indenização das atividades de especial dificuldade; mudança da base de cálculo das gratificações de especial dificuldade, atividades extraordinárias e coordenações para que passe a ser a remuneração total.

Vitória no TRF3

No dia 17 de julho, a Apadep obteve uma importante vitória, quando a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento ao agravo de instrumento que havia sido interposto pela OAB/SP, questionando a possibilidade de devolução das anuidades pagas pelas/os associadas/os desde a impetração do mandado de segurança coletivo (processo nº. 0016414-67.2012.4.03.6100), que ocorreu em 17.09.2012, até a data de desvinculação das/os associadas/os.

Planejamento da Diretoria



As Diretorias da Apadep também se reuniram durante todo o mês para realizar reuniões de planejamento e definição de cronograma de ações.



No dia 4 de julho, a Diretoria Social e Cultural, composta por Leticia Lopes Soares de Souza e Bruno Damasco dos Santos Silva, inaugurou os trabalhos e iniciou a organização da posse festiva.



Em sua primeira reunião, no dia 15 de julho, a Diretoria das Mulheres definiu como pauta prioritária o suporte que a Associação pode oferecer às associadas no exercício de suas funções, bem como na estruturação de suas rotinas, de forma que possam ocupar seus espaços na instituição e ao mesmo tempo garantir suas conquistas pessoais e familiares.

Mario Moreira e Sabrina Nasser, Diretor e Diretora Adjunta de Articulação Social da Apadep, realizaram a primeira reunião da pasta no dia 16 de julho, oportunidade em que alinharam o planejamento de ações com a Presidenta Jordana Rolim e a Diretora Luiza Lins Veloso.



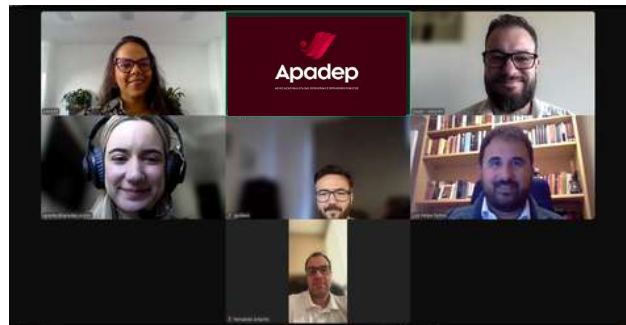
Planejamento da Diretoria



Com uma forte presença institucional, a Diretoria das/os Aposentadas/os também elaborou o planejamento para o semestre. Maria Dolores Maçano e Silvana Jota de Figueiredo, que já integravam a Diretoria na gestão anterior, apresentaram pontos prioritários. Em reunião com a Presidenta Jordana Rolim e a Diretora Luiza Lins Veloso, no dia 17 de julho, as Defensoras dialogaram sobre as articulações necessárias com o intuito de avançar na agenda política institucional e externa relacionada aos interesses das/os aposentadas/os, bem como em eventos e convênios voltados a essas/es associadas/os.

A Diretoria de Previdência e Convênios se reuniu no dia 22 para tratar de novos convênios e parcerias. Participaram da reunião a Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins, o Diretor Luiz Felipe Rufino, o Diretor Gabriel Kenji e a Diretora Lorena Santin.

No dia seguinte, a Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino se reuniram com o Diretor Legislativo Rafael Galati, e os Diretores Legislativos Adjuntos Fernando Artacho e Gustavo Siqueira para tratar dos trabalhos a serem realizados para o fortalecimento da Defensoria em âmbito legislativo, tanto na Alesp quanto no Congresso Nacional. O estreitamento das relações com o Executivo estadual e federal também estavam na pauta da reunião.



Planejamento da Diretoria

Por fim, no dia 29 de julho, a Diretoria de Assuntos do Interior se reuniu para sua primeira reunião do novo biênio.

As/os novas/os Diretoras/res Priscila Domiciano da Silva, Jaqueline Marcelle Alves Amaral, Alandeson de Jesus Vidal e Vitor José Tozzi Cavina, puderam dialogar com a Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins, o Diretor Luiz Felipe Rufino, a Vice-Presidenta Ana Paula Meirelles, sobre propostas para uma maior interiorização da Associação.

Dentre os temas debatidos, foi estabelecida a retomada das visitas às unidades do interior e litoral, política já adotada na gestão anterior. Além disso, também se discutiu projetos que de fato tornem a Associação mais presente no dia a dia das associadas e associados do interior e litoral.



JULHO

Evento esportivo



Para iniciar o ano esportivo, no final do mês, associadas e associados foram convidadas/os a participar de um jogo de vôlei, que ocorreu no dia 25 de julho.

A Apadep incentivou, ainda, a participação de associadas/os no 1º Campeonato Nacional de Futebol Society e Beach Tennis das Defensorias Públicas que viria a ser realizado em novembro, no Maranhão, por ocasião da realização do Conadep.

AGOSTO

Institucional

No final de agosto, a Apadep formalizou a posse de Jordana de Matos Nunes Rolim como Presidenta da Associação, ao lado de Ana Paula de Oliveira Meirelles Lewin (Vice-Presidenta); Luiz Felipe Vanzella Rufino (Diretor Administrativo); Luiza Lins Veloso (Diretora Financeira) e de toda a Diretoria e o Conselho para o biênio 2024/2026.



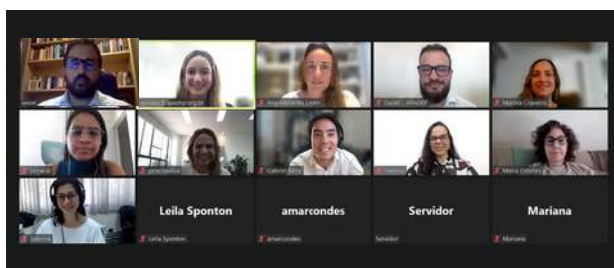
Um evento festivo foi realizado no dia 22 de agosto, quando Rafael Galati, Presidente no biênio 2022-2024, fez um discurso de despedida no qual destacou o crescimento da Associação nos últimos anos e o reconhecimento do trabalho por parte das/os associadas/os. Galati apontou que Jordana Rolim já fazia parte da Diretoria e assumiu a Presidência com grande bagagem, além de alta qualificação. Também discursaram Fernanda Fernandes, Defensora Pública Presidenta da Associação de Goiás e Vice-Presidenta Administrativa da Anadep, representando a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos; Surrailly Fernandes, representando o Conselho Superior da Defensoria Pública de São Paulo; e Bruna Simões, 1ª Subdefensora Pública-Geral, representando a Defensoria Pública-Geral.

Jordana Rolim encerrou a cerimônia com agradecimentos e garantiu que a Apadep irá defender os interesses e prerrogativas de associadas e associados de maneira intransigente, formalizando seu compromisso de lutar pelo fortalecimento da Defensoria Pública e do modelo público de acesso à justiça.

AGOSTO

Primeira reunião ordinária

Ainda no mês de agosto, a nova Diretoria da Apadep realizou sua primeira reunião ordinária. Durante todo o mês de julho e começo de agosto, a Diretoria afastada realizou reuniões de planejamento com cada uma das Diretorias, e no dia 19 de agosto, realizou sua primeira reunião para discutir o andamento de temas associativos estratégicos e planejar as ações do semestre.



AGOSTO

Alesp

A atuação institucional da Apadep na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) é permanente e, com o retorno do recesso legislativo, em agosto a Diretoria da Associação retomou os trabalhos semanais na Casa Legislativa.

Em diversas ocasiões, a Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino estiveram na Alesp e dialogaram com Deputadas e Deputados sobre temas de interesse da Defensoria Pública e das/os associadas/os.

No dia 5 de agosto, as Defensoras e o Defensor conversaram com a Deputada Andrea Werner (PSB) e com o Deputado e Líder do governo, Gilmaci Santos (Republicanos). No dia seguinte, Jordana Rolim, Luiza Lins e Luiz Felipe Rufino estiveram com as/os Deputadas/os Carlos Cezar, Líder do PL; Carlos Giannazi, Líder da Federação do PSOL/REDE; Alex de Madureira (PL); Emídio de Souza (PT) e Professora Bebel (PT).



AGOSTO

Alesp



Já no dia 20, Jordana Rolim, Luiz Felipe Rufino e Luiza Lins estiveram na Alesp durante toda a tarde, num esforço concentrado de agendas. Acompanharam a reunião semanal do Colégio de Líderes, onde são definidas as pautas prioritárias do órgão legislativo, ocasião em que puderam dialogar com o Deputado Delegado Olim, Líder do PP; com o Deputado Paulo Fiorilo, Líder da Federação PT/PCdoB/PV; com o Deputado Enio Tatto (PT), Líder da Minoria e com o Deputado Altair Moraes, Líder do Republicanos. A Diretoria ainda cumpriu agenda com a Deputada Monica Seixas (PSOL), em seu gabinete.

A principal articulação da Apadep na Alesp teve como objetivo a aprovação dos PLCs de recomposição inflacionária.

AGOSTO

PLC 46/24

O trabalho em torno da aprovação dos PLCs 46/24 e 47/24 teve forte empenho da Diretoria da Apadep em agosto. Além das articulações descritas no item anterior, no dia 27 de agosto, a Diretoria da Apadep esteve na Assembleia Legislativa, dialogando com o Deputado Carlos Cezar, Líder do PL, e com diversas lideranças partidárias após a realização do Colégio de Líderes.

A Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, e o Diretor Luiz Felipe Rufino conversaram, no período da manhã, com o líder do Governo na Alesp, Deputado Gilmaci Santos (Republicanos); com o Líder da Federação PT/PcdoB/PV, Deputado Paulo Fiorilo; com o Líder da Minoria, Deputado Enio Tatto; com o Líder do PP, Deputado Delegado Olim; com o Líder do PSB, Deputado Caio França (PSB), e com o Líder da federação PSOL/REDE, Deputado Carlos Giannazi.



AGOSTO

PLC 46/24



Na parte da tarde, a Presidenta Jordana Rolim e os Diretores Luiz Felipe Rufino e Rafael Galati dialogaram com o 1º Secretário da Casa, Deputado Teonílio Barba (PT); com a Deputada Beth Sahão (PT); com o Deputado Luiz Claudio Marcolino (PT), e com o líder do PSD, Deputado Paulo Corrêa Jr. (PSD), em seu gabinete.



Também no dia 27 de agosto pela manhã, a Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino estiveram no gabinete da Deputada Marina Helou (REDE).

No dia 28 de agosto, após encontro com a Diretoria da Apadep, no dia anterior, o Deputado Carlos Cezar, Líder do PL, protocolou requerimento de urgência para os PLCs 46/24 e 47/24. Ainda no mesmo dia, o requerimento obteve as 32 assinaturas necessárias à formalização da urgência.



AGOSTO

Congresso Nacional

Além do trabalho legislativo realizado na Alesp, a Diretoria empenhou esforços para dar visibilidade para a Associação no Congresso Nacional.

Na terça-feira, dia 13 de agosto, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, e a Diretora Luiza Lins se reuniram com o Deputado Federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) e com a Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP). Em ambas as agendas, puderam dialogar sobre pautas de interesse da Defensoria Pública, apresentando dados sobre o trabalho das Defensoras e Defensores Públicos de São Paulo e destacando a importância do fortalecimento contínuo do modelo público de acesso à justiça.

Na quarta-feira, dia 14 de agosto, Jordana Rolim, Luiza Lins e o Diretor Rafael Galati foram recebidas/o pelo Senador Marcos Pontes (PL/SP) em seu gabinete. No mesmo dia, a Diretoria esteve no gabinete do Deputado Federal Mário Frias (PL/SP); e também dialogou com a Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF) e a Deputada Federal Adriana Ventura (Novo/SP). Na oportunidade, as Defensoras e o Defensor apresentaram a nova Diretoria da Associação e trataram de pautas da Defensoria Pública em andamento no Congresso Nacional.



Anadep

A Presidenta Jordana Rolim e a Diretora Luiza Lins foram a Brasília para cumprir uma agenda de reuniões, entre elas a Assembleia Geral Extraordinária da Anadep, que foi realizada em 13 de agosto, e teve como pauta de destaque as atividades legislativas do 2º semestre.

Também na AGE, a Anadep anunciou que voltou a se inscrever para integrar as Missões de Observação Eleitoral para o pleito de 2024. Trata-se de uma iniciativa organizada pelo Tribunal Superior Eleitoral que visa contribuir para o aperfeiçoamento do processo eleitoral, oferecendo ampla transparência à integridade das eleições. A Anadep participou pela primeira vez como observadora eleitoral nas eleições de 2022.



AGOSTO

Campanha Nacional

No dia 19 de agosto, diversas ações foram realizadas em prol da população em situação de rua, especialmente porque a data marca o “Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua”, estabelecido em referência ao chamado Massacre da Sé, ocorrido em 2004. Em São Paulo, Defensoras e Defensores Públicos participaram de um mutirão de atendimento organizado pelo NCDH, que contou com o apoio da Apadep. A Presidenta da Associação, Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino, distribuíram pessoalmente cartilhas de orientação para usuárias e usuários.

A ação foi incluída na agenda da Campanha Nacional “Um novo presente é possível: Defensoria Pública pela superação da situação de rua”, organizada pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) e que contou com a parceria da Apadep em seu evento de lançamento, realizado em maio.



Secretária de Justiça e Cidadania

No dia 12 de agosto, a Diretoria da Apadep foi recebida pelo Secretário de Justiça e Cidadania, Fábio Prieto, e pelo Secretário-Executivo, Raul Christiano, na sede da Secretaria de Justiça e Cidadania. A Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins e os Diretores Luiz Felipe Rufino e Rafael Galati puderam apresentar a nova Diretoria ao Secretário de Justiça e ao Secretário-Executivo. Além disso, também dialogaram sobre a importância do fortalecimento da Defensoria e o papel da Associação nessa construção.

Em 26 de agosto, Jordana Rolim, e o Diretor Legislativo, Rafael Galati, juntamente com representantes de outras entidades do sistema de Justiça, participaram de uma reunião com o Secretário da Justiça e Cidadania, Fábio Prieto, para dialogar sobre projeto de interesse comum.



Atuação no Conselho Superior

Logo no dia 2 de agosto, a Apadep apresentou manifestação em processo do Conselho Superior sobre incidência de juros de mora e correção monetária em indenizações de férias e licenças prêmio.

Em sua manifestação, a Apadep defendeu que, ainda que o pagamento da verba indenizatória esteja sujeito à disponibilidade financeira e seja calculada com base no vencimento ou remuneração do mês do efetivo pagamento, quando o exercício do direito às férias e à licença-prêmio é indeferido e, conseqüentemente, substituído por pecúnia, o direito à indenização passa a integrar o patrimônio jurídico do/a Defensor/a e do/a servidor/a desde o momento do indeferimento e, uma vez que essa recomposição não se dá de imediato, deve passar a incidir juros de mora e correção monetária, por força do que dispõe o 884 do Código Civil.

A Apadep também defendeu que, quando aprovada, a nova regra deve retroagir às indenizações pagas sem os devidos juros e correção monetária, observada a prescrição quinquenal.

Após receber apontamentos de associadas e associados sobre a recorrente instabilidade e/ou indisponibilidade do sistema E-Saj, a Diretoria da Apadep enviou ofício à DPG.

Em seu ofício, a Apadep demonstrou que no primeiro semestre de 2024, houve grandes períodos de indisponibilidade do E-Saj ao longo dos meses, trazendo prejuízo não só às Defensoras e Defensores Públicos, mas também às/aos usuárias/os da Defensoria Pública.

A Apadep ainda apontou a necessidade de busca por soluções perenes para um problema que tem se revelado recorrente, razão pela qual sugeriu a adoção dos seguintes pontos: 1. Construção de termo de cooperação com as instituições do sistema de Justiça, para que houvesse um protocolo a ser adotado em situações de indisponibilidade do sistema; 2. Busca de cooperação com o Tribunal de Justiça, para que os autos digitais fossem encaminhados aos e-mails dos/as Defensores/as designados para as audiências do dia e, na impossibilidade de adoção dessa providência, para que houvesse a redesignação do ato; 3. Diálogo com o Tribunal de Justiça para cessação do envio de intimações no dia em que ocorresse indisponibilidade do sistema, para além da suspensão do prazo; e 4. Adoção, em conjunto com as unidades, de protocolos de atendimento que minimizassem os impactos negativos da indisponibilidade do sistema para as/os usuárias/os e as/os Defensoras/es.

Ao final, solicitou informações sobre as medidas adotadas a fim de preparar a instituição para a migração para o sistema Eproc que passará a ser adotado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Aproximação com o Tribunal de Justiça

Em continuidade ao ciclo de reuniões de aproximação com as instituições e entidades de classe que compõem o sistema de Justiça, no mês de agosto, a Diretoria da Apadep deu início à agenda com o Tribunal de Justiça.

Assim, no dia 21 de agosto, a Presidenta Jordana Rolim, e as/os Diretoras/es Luiza Lins e Luiz Felipe Rufino estiveram com o Presidente da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça, Excelentíssimo Desembargador Adalberto José Queiroz Telles de Camargo Aranha Filho. Em seguida, a Diretoria da Apadep foi recebida pelo Presidente da Seção de Direito Privado, Excelentíssimo Desembargador Heraldo de Oliveira Silva.



No dia 28 de agosto, o Excelentíssimo Desembargador Ricardo Cintra Torres de Carvalho, Presidente da Seção de Direito Público do TJSP, recebeu a Presidenta da Apadep Jordana Rolim e as/os Diretoras/es Luiza Lins Veloso e Luiz Felipe Rufino em seu gabinete.

No dia seguinte, Jordana Rolim, Luiza Lins e Luiz Felipe Rufino foram recebidos pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Excelentíssimo Desembargador Artur Cesar Beretta da Silveira, e por sua equipe, composta pelas Excelentíssimas Juízas Assessoras Ana Rita de Figueiredo Nery e Anelise Soares, e o Excelentíssimo Desembargador Elói Estevão Trolly.

Em todas as ocasiões, a Presidenta Jordana Rolim pôde apresentar a nova Diretoria, expor o trabalho da associação e reforçar o compromisso pelo trabalho conjunto e colaborativo com as instituições.

Relações Interinstitucionais

As relações externas são valorizadas pela Apadep e, em 7 de agosto, a Presidenta Jordana Rolim prestigiou a abertura do 2º Curso de Inverno da PGE/SP, a convite da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo. O evento contou com a presença da Ministra do Tribunal Superior Eleitoral, Edilene Lôbo, que proferiu a palestra de abertura, abordando o tema "Direitos Fundamentais e Inteligência Artificial". Na ocasião, a Presidenta da Apadep teve a oportunidade de dialogar com a Ministra.



No dia 08 de agosto, Jordana Rolim participou, ainda, do programa "Gente que Fala", ao lado do Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU e Diretor do Movimento do Ministério Público Democrático, Júlio Marcelo de Oliveira; da Vice-Presidente da Comissão de Mediação OAB Taubaté, Viviane Cursino, e do Presidente da Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Conacate), Antônio Carlos Fernandes Jr.



O programa é transmitido ao vivo pela All TV, no Youtube, com retransmissão pela TV Aberta São Paulo, Claro TV e VivoTV. Entre os assuntos discutidos no programa estavam a suspensão da lei estadual de adoção do modelo cívico-militar nas escolas e as consequências das decisões do Supremo Tribunal Federal no enfrentamento à corrupção.



Relações Interinstitucionais

As/os Coordenadoras/es da Associação de Servidores e Servidoras da Defensoria Pública (ASDPESP), Cristina Pereira de Oliveira, Marina Castro e Guilherme Guiral também estiveram na sede da Apadep no dia 12 de agosto, para uma visita de cortesia e aproximação.



Em 19 de agosto, a Presidenta Jordana Rolim e Diretora Luiza Lins participaram da abertura do projeto "ÉTICA IMORTAL", um ciclo de dez conferências presenciais seguidas de debate que teve o jornalista e Presidente da Academia Brasileira de Letras, Merval Pereira, como primeiro palestrante, discutindo "Ética e Jornalismo". O evento aconteceu no Teatro CIEE, no Itaim Bibi.



Na noite de 26 de agosto, as Diretoras Luiza Lins e Marina Peixoto participaram de uma solenidade promovida pelo vereador de Guarulhos, Gilvan Passos (REP), para entrega de Título Honorífico de Cidadão Guarulhense ao promotor doutor Clodoaldo Batista Maciel.

Políticas institucionais

No dia 22 de agosto, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, e a Diretora das Mulheres, Mariela Tozetto, participaram da reunião do Comitê Gestor da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação na Defensoria Pública de São Paulo, em que foram apresentados os principais aspectos da política.

Na ocasião, também foi apresentado o relatório de atendimento pelo CADI, foram discutidos avanços em relação à cartilha e estratégias de comunicação. Também participaram da reunião a 1ª Subdefensoria Pública-Geral, a Corregedoria-Geral, a ASDPESP, a Ouvidoria-Geral, a Escola da Defensoria, o Departamento de Recursos Humanos da Coordenadoria Geral de Administração, o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres dos Direitos das Mulheres; Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero; Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais.

AGOSTO

Comunicação

A Diretoria de Comunicação da Apadep se reuniu com a equipe no dia 6 de agosto para alinhar os trabalhos e as prioridades do semestre. Além de discutir ações específicas, foi decidido que a divulgação do trabalho de associadas e associados seria um ponto focal do trabalho. Participaram da reunião a Presidenta Jordana Rolim; o Diretor Administrativo e de Comunicação Luiz Felipe Rufino; a Diretora Financeira Luiza Lins; e a Diretora Adjunta de Comunicação Mariana Dalberto.



AGOSTO

Destaque de associadas e associados



Seguindo a premissa de valorizar o trabalho de associadas/os, durante o mês de agosto a Apadep destacou lançamentos de livros e indicação de obras para leitura como o livro “Sistemas regulatórios de dados pessoais - a concretização dos direitos humanos na economia digital pela responsabilidade civil”, de autoria do magistrado Fernando Antonio Tasso, esposo da associada Maira Ferreira Tasso; e o livro “Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher”, uma obra organizada por Araceli Martins Beliato e Soraya Libardi Galesi, publicada pela Editora Mizuno, que tem a associada Fabiana Zapata entre as autoras.



Foi divulgado, ainda, o desconto de 50% no curso de pós-graduação em Direitos Difusos e Coletivos, coordenado pelos Defensores Públicos Tiago Fensterseifer e Júlio Camargo de Azevedo, pelo Cursos CEI.

Assessoria jurídica

A Diretoria da Apadep se reuniu, na quarta-feira, dia 7 de agosto, com a equipe do escritório de advocacia parceiro da Associação, Innocenti Advogados. a Presidenta Jordana Rolim, os Diretores Jurídicos Gabriel Kenji e Raphael Camarão Trevisan, a Diretora Financeira Luiza Lins e o Diretor Administrativo Luiz Felipe Rufino dialogaram com a equipe de advogadas/os sobre as pautas que exigem atuação do escritório.

Em 22 de agosto, a Apadep ajuizou ação de cobrança coletiva em face da OAB/SP (processo n°. 5022319-45.2024.4.03.6100), através do escritório de advocacia conveniado, com o escopo de ver restituído em favor das associadas e associados as anuidades pagas à Ordem dos Advogados do Brasil Seção de São Paulo entre os anos de 2007 e 2012. A Associação havia convocado Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de junho, que autorizou a Apadep a ingressar com a referida ação coletiva de cobrança, em votação unânime.

Ainda em agosto, a Apadep passou a disponibilizar para associadas e associados que ainda não haviam solicitado a cessação da contribuição do IAMSPE, nem figuravam nos quadros associativos quando do ajuizamento do Mandado de Segurança Coletivo (processo n° 0039127-63.2012.8.26.0053), a possibilidade de ingresso na fase de execução que se iniciou, a fim de que fossem restituídos valores eventualmente descontados desde o ajuizamento da ação, em 22 de agosto de 2012.



AGOSTO

Convênios

Com o propósito de fomentar novos convênios em áreas de maior interesse, bem como possibilitar iniciativas que aproximem cada vez mais associadas e associados de todo o Estado, em especial através de espaços de escuta para mulheres que enxerguem na Apadep um caminho possível de diálogo e suporte, a Diretoria das Mulheres, composta por Mariela Moni Marins Tozetto, Maria Fernanda Ghannage Barbosa Segamarchi e Mariana Chaib, se uniu à Diretoria de Previdência e Convênios, formada por Gabriel Kenji e Lorena Pereira Jardim, e a Diretoria Social e Cultural, integrada por Leticia Lopes Soares de Souza e Bruno Damasco dos Santos Silva, para fazer uma enquete sobre os temas de interesse de associadas e associados.



Esportes

A atividade esportiva de agosto contou com jogos de futebol e de vôlei, no dia 29. Associadas e associados puderam participar, dirigindo-se diretamente às quadras que foram locadas pela Associação.

Alesp - PLC 46/24

Desde que foram protocolados na Alesp os PLCs 46/24 e 47/24, que versam sobre recomposição inflacionária de Defensoras e Defensores Públicos e de servidoras/es do quadro de apoio, a Diretoria da Apadep trabalhou intensamente pela rápida aprovação dos projetos, o que aconteceu na noite de terça-feira, dia 3 de setembro, no plenário da Casa Legislativa.

Durante todo o dia, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino estiveram na Alesp, acompanhando os trabalhos e dialogando com parlamentares. Na parte da manhã, foi realizado Colégio de Líderes, em que se deliberou pela votação do requerimento de urgência dos PLCs 46/24 e 47/24 e que contou com a presença da Defensora Pública-Geral, Luciana Jordão. Durante a manhã, Luiz Felipe e Luiza Lins dialogaram com os Deputados Barros Munhoz (PSDB); Danilo Balas (PL); Paulo Fiorilo, Líder da Federação PT/PCdoB/PV; e com as Deputadas Marina Helou (Rede) e Mônica Seixas (Psol).



À tarde, dando continuidade ao trabalho de articulação, conversaram com o Deputado Gilmaci Santos (Republicanos), líder do governo; com o Líder do PL e autor do requerimento de urgência, Deputado Carlos Cezar (PL); com o Deputado Jorge do Carmo (PT), membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; e com a Deputada Ediane Maria (PSOL).

A Diretoria da Apadep permaneceu na Casa e acompanhou a aprovação do requerimento de urgência. Ainda em trabalho de articulação, os PLCs foram incluídos na última sessão extraordinária do dia. Em seguida, os projetos foram a plenário, onde foram aprovados.

Fortalecimento nacional da Defensoria

Na tarde de quarta-feira, dia 4 de setembro, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, e o Diretor Legislativo, Rafael Galati, reuniram-se com a Secretária de Acesso à Justiça, Sheila de Carvalho, e sua equipe, composta por Pedro Viana Martinez, Diretor de Promoção de Acesso à Justiça da Secretaria; Carolina Morishita, Defensora Pública de Minas Gerais e Coordenadora Geral de Acesso à Justiça e Redução da Litigiosidade; e Letícia Peçanha, Defensora Pública da Bahia e Diretora de Promoção de Direitos.

Na oportunidade, a Secretária e sua equipe puderam partilhar com a Diretoria da Apadep os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Acesso à Justiça (Saju) para fortalecer as Defensorias Públicas de todo o país e consolidar cada vez mais o modelo público constitucional de acesso à justiça, entre eles os de educação em direitos, os postos de Atendimentos Comunitários das Defensorias Públicas (Padefts) e as carretas de direitos, previstas no plano “Defensoria em Todos os Cantos” do Ministério da Justiça, lançado em maio deste ano.



SETEMBRO

Anadep



A Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, e o Diretor Legislativo da Apadep e da Anadep, Rafael Galati, participaram da AGE da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), realizada em 3 de setembro, em que foram debatidos temas institucionais e legislativos relevantes para Defensoras/es e usuárias/os da Defensoria Pública.

No dia 9, Jordana Rolim participou de reunião com a Diretoria Jurídica da Anadep. Na oportunidade, foram tratados temas de interesse associativos e das Defensorias Públicas estaduais. Na oportunidade, também se discutiu sobre o julgamento do AREsp 2495484/SP, em que há atuação do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria de São Paulo, levando pleito do associado e membro do NESC, Gustavo Picchi.

Participaram da reunião a Presidenta da Anadep, Rivana Ricarte, e as/o Vice Presidentas/e Fernanda Fernandes, Juliana Lintz e Mário Rheingantz.

SETEMBRO

Missão de Observação Eleitoral

Pela segunda vez, a Anadep foi credenciada pelo Tribunal Superior Eleitoral como observadora nacional do processo eleitoral em 2024. Defensoras e Defensores de todos os estados foram convidados para atuar nas eleições municipais como voluntárias/os.

No mês de setembro, a Apadep recebeu as inscrições de associadas/os, realizou o cadastramento e organizou a divisão em dois grupos para atuarem nos municípios de São José dos Campos e Araçatuba.

A representação de São Paulo no trabalho da MOE, se deu da seguinte forma: Jordana de Matos Nunes Rolim (São José dos Campos), Ana Paula Meirelles Lewin (São José dos Campos), Luiz Felipe Rufino (São José dos Campos), Luiza Lins Veloso (São José dos Campos), Rafael Galati Sábio (São José dos Campos), Lívia Tinoco (São José dos Campos), Vitor Cavina (Araçatuba), Wild Ogawa (Araçatuba).

Em 10 de setembro, a Diretoria da Apadep participou da primeira reunião da Anadep com representantes das Associações estaduais que integrariam as Missões de Observação Eleitoral (MOE), do Tribunal Superior Eleitoral, no mês de outubro.



Aproximação com o Tribunal de Justiça

A Diretoria da Apadep encerrou o ciclo de reuniões com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no dia 2 de setembro. Nessa data, a Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins Veloso e o Diretor Luiz Felipe Rufino foram recebidos pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente do TJSP, Fernando Antonio Torres Garcia, e por Karina Ferraro Amarante Innocencio, Juíza assessora da Presidência.

Durante as reuniões, a Presidenta Jordana Rolim pôde apresentar a nova Diretoria, expor o trabalho da associação e reforçar o compromisso pelo trabalho conjunto e colaborativo com as instituições, além de reforçar o modelo público de acesso à justiça.



Relações Interinstitucionais



Na manhã de segunda-feira, dia 16 de setembro, a Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino estiveram na sede administrativa da Apamagis, onde se reuniram com as Diretorias da Apamagis, APMP e Apesp, para tratar de temas comuns às associações, como a migração previdenciária e a PEC 66/23.



No dia 19, a Presidenta Jordana Rolim e a Diretora Luiza Lins participaram de um almoço à convite do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo. Na ocasião, a Presidente do Sindpesp, Jacqueline Valadares, citou a importância do trabalho de articulação para impedir a aprovação da PEC 66/23, que retira a autonomia do regime de previdência dos estados e municípios. Ainda, foram discutidos temas de interesse comum às entidades de classe. Também participaram do almoço o 1º Secretário Geral do Sindpesp, Túlio Bueno de Alckmin Morais, e o 1º Tesoureiro Geral, Edson Pinheiro dos Santos Júnior.

Já no último dia de setembro, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, a Diretora Financeira, Luiza Lins, e o Diretor Administrativo, Luiz Felipe Rufino, reuniram-se com a Presidente da OAB/SP, Patricia Vanzolini, em seu gabinete.

Na ocasião, a Diretoria da Apadep apresentou o trabalho da Associação e dialogou sobre pautas de interesse comum, reforçando o compromisso de atuação colaborativa e dialógica.

Apadep apresenta pedidos administrativos à DPG

No mês de setembro, a Apadep formalizou três pedidos administrativos junto à Defensoria Pública-Geral: i) retroatividade do tempo de serviço públicos prestado em outros entes; ii) reconhecimento do tempo de estágio na OAB e em outras Defensorias e Ministérios Públicos e iii) reconhecimento do tempo de estágio em outros entes públicos. Com relação ao reconhecimento do tempo de estágio em outras Defensorias, a Apadep já havia formulado pedido à Defensoria Pública-Geral em 2022.

Apoio jurídico

No mês de setembro, a Apadep passou a disponibilizar o escritório Innocenti Advogados Associados para associadas e associados que ingressaram na carreira entre 22/12/2011 e 23/06/2014, foram inicialmente vinculados ao novo regime de previdência e fizeram adesão aos planos previdenciários da PREVCOM, com a contrapartida do Estado, porém, que perderam automaticamente essa condição com a decisão proferida na ADI nº 2165511-31.2014.8.26.0000.

A ação disponibilizada visa o resgate das contribuições realizadas para a PREVCOM, considerando a alteração compulsória de regime, uma vez que a entidade condiciona o resgate total das contribuições à ruptura do vínculo com o Estado, de acordo com o seu regulamento.

Comunicação

No dia 30 de setembro, segunda-feira, o Diretor Administrativo da Apadep, Luiz Felipe Rufino, participou do Podcast MovE (Movimento Eficiência), na sede da Afresp (Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo), para uma conversa sobre segurança pública e pequenos delitos.

O podcast contou também com a participação do Presidente da Associação dos Delegados do Estado de São Paulo, André Pereira, e foi mediado pelo Secretário-Geral da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo, Victor Lins.



Destaque de associadas e associados

No dia 10 de setembro, a Apadep divulgou que a decisão proferida na Ação Civil Pública ajuizada para assegurar que 102 famílias desalojadas após a reintegração de posse do imóvel “Edifício Di Thiene”, em São Caetano do Sul, recebessem o auxílio-aluguel não havia sido cumprida pelo município, sob a justificativa de limitações orçamentárias. A ACP foi proposta pelo associado Allan Ramalho Ferreira e pela associada Vanessa Chalegre de Andrade França, quando atuavam como Coordenadores do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo e posteriormente assumida pelo associado Rafael Negreiros.

No mesmo dia da divulgação da Apadep, a revista Unik publicou o conteúdo em seu portal e, após receberem o material, os veículos locais aprofundaram a apuração. Posteriormente, no dia 17 de setembro, o Diário do Grande ABC publicou uma matéria informando que a Justiça condenou a Prefeitura de São Caetano do Sul a retomar o pagamento do auxílio-aluguel. O veículo informa que a juíza Ana Lucia Fusaro, da 2ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul, acolheu o pedido do associado para determinar o fornecimento do auxílio até que o Poder Público implemente uma política habitacional definitiva para as pessoas atingidas. Na sequência, apresenta um histórico do caso e entrevistas com ex-moradoras/es do edifício.

Ainda repercutindo o tema, no dia 19 de setembro, o portal Repórter Diário explicou que a decisão da Justiça de determinar a retomada do pagamento do benefício teve por base ação civil pública ajuizada pelo Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e publicou entrevistas com o Prefeito José Auricchio Júnior e com os candidatos à Prefeitura de São Caetano sobre o assunto.

Segundo o Diário do Grande ABC, a Municipalidade de São Caetano do Sul solicitou efeito suspensivo da decisão sobre o auxílio-aluguel, porém o pedido foi negado. Além disso, o Poder Executivo recorreu da sentença e o caso deverá ser levado para julgamento em segunda instância no Tribunal de Justiça de São Paulo. Na apelação, a Prefeitura alega que o auxílio-aluguel só poderia ser pago mediante autorização legislativa e que o benefício deveria estar previsto no orçamento de 2024 do município.

SETEMBRO

Convênios



No dia 16 de setembro, a Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino reuniram-se com o Diretor-Presidente da Jusprev, Desembargador Dr. Francisco Borges Ferreira Neto, e com a Gerente Geral da Jusprev, Deborah Maggio.

Na oportunidade, o Desembargador Dr. Francisco Borges Ferreira Neto e Deborah Maggio puderam expor o atual panorama positivo da Jusprev, assim como as vantagens de seus investimentos de previdência se comparados com outras instituições. A Apadep é uma das entidades mantenedoras da Jusprev, junto com outras Associações do sistema de Justiça como Apamagis, APMP e Apesp.

Concomitantemente, a Diretoria de Convênios negociou um desconto de 20% para associadas/os no curso Milhas ao Vivo, do influenciador André Brito, e disponibilizou um cupom para associadas e associados.

SETEMBRO

Brunch para Aposentadas/os



Em uma iniciativa de valorização e reconhecimento de todas as aposentadas e aposentados pelos serviços de excelência prestados de forma pioneira no estado, a Diretoria da Apadep teve o imenso prazer em receber em sua sede para um brunch, no dia 17 de setembro, Defensoras e Defensores aposentadas/os associadas/os.

Na ocasião as/os Defensoras/os Públicas/os puderam compartilhar experiências dos anos de atividade e do trabalho associativo. Essa troca de experiências com as/os aposentadas/os foi extremamente valiosa para a Apadep.

Também foi realizada uma homenagem às Diretoras Maria Dolores Maçano e Silvana Jota de Figueiredo por iniciativa das/os Defensoras/es Públicas/os aposentadas/os. E, ao final, a Diretoria fez a entrega de uma lembrança às/aos associadas/os presentes.

O evento foi exclusivo para Defensoras e Defensores Públicos aposentadas/os associadas/os.



Condege

Jordana Rolim participou da 89ª Reunião do Condege, realizada na sede da Defensoria Pública de São Paulo, no dia 18 de setembro, reunião da qual participaram o Presidente do Condege, Oleno Matos; a Presidenta da Anadep, Rivana Ricarte; e a Defensora Pública-Geral de São Paulo, Luciana Jordão.

Na ocasião, Jordana Rolim teve a oportunidade de dialogar com o pesquisador e professor da USP, Kazuo Watanabe sobre o tratamento adequado e a solução consensual de conflitos. Ele e o Defensor Público de São Paulo e associado da Apadep, Júlio Azevedo, falaram na reunião sobre o tratamento adequado e a solução consensual de conflitos.



SETEMBRO

Temas institucionais



Também no dia 18 de setembro, a Diretoria da Apadep recebeu em sua sede, o associado Julio Azevedo, para um diálogo sobre tratamento adequado e a solução consensual de conflitos. Participaram da reunião a Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins, o Diretor Luiz Felipe Rufino, e remotamente a Vice-Presidenta da Apadep, Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin.



Apadep no interior



A aproximação com as associadas e associados do interior e litoral é uma das prioridades da atual Diretoria da Apadep. Assim, no dia 23 de setembro, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, a Diretora Financeira, Luiza Lins, o Diretor Administrativo, Luiz Felipe Rufino, a Diretora de Assuntos do Interior, Priscila Domiciano, e os Diretores de Assuntos do Interior Adjuntos, Alandeson Vidal e Vitor Cavina, deram início ao ciclo de visitas às unidades da Defensoria do interior do Estado.

No período da manhã, a Diretoria da Apadep esteve na unidade Bauru para conversar com associadas e associados, ocasião em que também foi oferecido um café da manhã. Já na parte da tarde, a Diretoria esteve em São Carlos, onde pôde dialogar com as/os colegas daquela unidade durante um café da tarde.

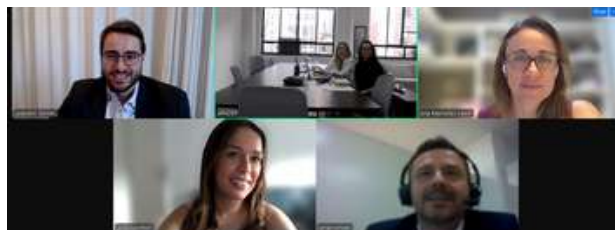
O ex-Defensor Público-Geral e associado da Unidade Bauru, Florivaldo Fiorentino, gravou um vídeo citando a importância da iniciativa e do acolhimento da Diretoria da Associação. Na Unidade São Carlos, a associada Maria Alice Packness também gravou um depoimento citando a importância de dar visibilidade às unidades do interior do estado.

As visitas têm por objetivo aproximar a Apadep das associadas e associados, possibilitando trocas de informações sobre os principais temas institucionais e associativos e sobre as especificidades e os desafios próprios de cada localidade.

SETEMBRO

Diretoria

Na segunda-feira, dia 30 de setembro, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, a Vice-Presidenta, Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin, e a Diretora Luiza Lins participaram da primeira reunião com o Conselho da Apadep, composto por Leila Rocha Sponton, Leandro De Castro Gomes e André Marcondes.



Esportes e eventos

Mais uma vez, os times de vôlei foram os mais animados e se divertiram no encontro mensal promovido pela Apadep. Desta vez, as partidas foram realizadas na AREA Esportes, no dia 5 de setembro.

Apadep apresenta propostas de deliberação

No mês de outubro, a Apadep teve uma atuação intensa perante o CSDP, tendo apresentado duas propostas de deliberação. A primeira foi protocolada em 09 de outubro, com o objetivo de regulamentar a nova redação do artigo 134, § 2º, da Lei Complementar nº. 988/06, que trata da hipótese de indenização em razão do indeferimento de compensação adquirida em razão da realização de atividades aos finais de semana, feriados ou recessos.

A nova redação do artigo possibilitou uma interpretação que contempla mais de um dia indenizável, desde que o limite pago por dia não ultrapasse 1/30 (um trinta avos) dos vencimentos de Defensor Público Nível V.

Visando a célere regulamentação deste direito previsto em lei, a Apadep apresentou uma proposta para que o Ato DPG estabelecesse dois dias de compensação para uma atividade de plantão realizada, com a possibilidade de indeferimento para fins de indenização das duas compensações.

A segunda proposta foi formalizada pela Associação junto ao Conselho Superior, no dia 17 de outubro. A Apadep e o Defensor Público associado Rafael Negreiros Dantas de Lima apresentaram uma proposta de deliberação objetivando a criação de uma política institucional de monitoramento de riscos e proteção de membras/os e servidoras/es da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

A proposta visa construir uma política que tenha por objetivo identificar, avaliar, prevenir e gerenciar os riscos relacionados às atividades desenvolvidas por Defensoras/es e servidoras/es com adoção de medidas de proteção eficientes, que sejam capazes de garantir a integridade física, moral e psíquica das Defensora/es e servidoras/es, bem como a elaboração de um plano individualizado de segurança para cada unidade da Defensoria Pública.

Novo pedido administrativo é formalizado

A Apadep formalizou, em 7 de outubro, um pedido administrativo à Defensoria Pública-Geral relacionado às diárias retroativas devidas às Defensoras e Defensores Públicos que realizaram atividades extraordinárias nos CIC's, CCM's e Cravi's anteriormente às alterações dos seus respectivos atos, que passaram a prever o direito à percepção das diárias nas hipóteses em que houver deslocamento para fora de sua comarca de atuação.

Em seu pedido, a Apadep requer o reconhecimento dos efeitos retroativos do ato de anulação do parágrafo único do artigo 5º do Ato Conjunto 22 de 14.11.2017, do parágrafo único do artigo 7º do Ato Conjunto 23 de 21.11.2017 e do parágrafo único do artigo 10 do Ato 7 da Segunda Subdefensoria Pública-Geral do Estado, desde a edição de cada ato, em função de sua contrariedade ao artigo 16 das disposições transitórias da Lei Complementar Paulista 988/06.

Congresso Nacional - PEC 66/23

Em outubro, a Apadep atuou ativamente no Congresso Nacional em razão da distribuição da PEC 66/23 na Câmara dos Deputados.

A PEC 66/2023 originariamente tratava da abertura de novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios. Entretanto, quando de sua apreciação no plenário do Senado Federal, foi apresentada uma emenda durante a votação, que foi acolhida pelas/os Senadoras/es.

Esta emenda previa que os estados e municípios que não tivessem realizado suas reformas da previdência após a reforma da previdência federal ou o tivessem feito com regras mais brandas teriam o prazo de 18 meses para fazer estas adequações, caso contrário automaticamente se aplicarão as normas da reforma da previdência federal.

No âmbito do estado de São Paulo, a preocupação da Associação se dá em relação às alíquotas, pois a reforma da previdência estadual previu como alíquota máxima 16%, enquanto a federal possui alíquotas de 19% e 22%. Outro ponto se refere ao abono de permanência que no estado de São Paulo pode ser concedido por ato administrativo, enquanto a reforma previdenciária federal estabelece que este abono só pode ser concedido por lei.

Desde o momento em que a PEC 66/23 votada no plenário do Senado Federal trazendo a imposição de uma nova reforma da previdência aos estados e municípios, a Apadep trabalhou, em conjunto com as demais associações do sistema de justiça, pela sua supressão, com o objetivo de que houvesse o retorno da PEC ao seu texto original.

A Associação também atuou junto aos parlamentares de São Paulo que integravam a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara para que a PEC não fosse aprovada com a emenda que implicava na alteração do regime previdenciário dos estados.

OUTUBRO

Congresso Nacional - PEC 66/23

No dia 29 de outubro, a CCJC da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do relator Deputado Darci de Matos (PSD/SC) no sentido da aprovação da proposta com a supressão da emenda que alterava a previdência dos Estados e Municípios, atendendo dessa forma o pleito das entidades de classe.

Pela manhã e antes da sessão na CCJC, as Diretorias da Apadep, Apesp, APMP e Apamagis, além da Diretoria da Anadep e das demais associações estaduais, estiveram na Câmara dos Deputados, dialogando com parlamentares sobre o tema. A presidenta da Apadep, Jordana Rolim, participou de reuniões com o Deputado Darci de Matos (PSD/SC), relator da PEC 66/23 na CCJC; Deputado Doutor Luizinho (PP/RJ); Deputado Bebeto (PP/RJ); Deputado Paulo Bilynskyj (PL/SP) e Deputada Chris Tonietto (PL/RJ), Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.

Mesmo com a importante vitória, a Apadep segue trabalhando ao lado das outras instituições, acompanhando a tramitação da PEC.



Missão de Observação Eleitoral

Às vésperas da realização do primeiro turno das eleições municipais, no dia 3 de outubro, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino estiveram em reunião com o Desembargador Roberto Maia Filho e equipe do TRE/SP para tratar do trabalho desenvolvido pela Apadep e pela Anadep nas Missões de Observação Eleitoral do TSE.

Na reunião, a Diretoria da Apadep expôs que a Anadep já foi selecionada como observadora eleitoral nas eleições de 2022 e no processo eleitoral de 2024, a Anadep foi novamente selecionada pelo TSE. No Estado de São Paulo, 8 Defensores/as Públicos/as se voluntariaram para realizar os trabalhos nos municípios de São José dos Campos e Araçatuba e atuaram no 1º e no 2º turno.

Assim, no primeiro turno das eleições municipais, em 06 de outubro, Defensoras e Defensores Públicos participaram das Missões de Observação Eleitoral (MOE), em dois municípios do Estado de São Paulo.



OUTUBRO

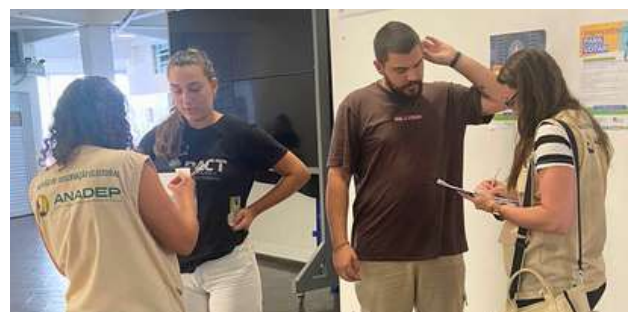
Missão de Observação Eleitoral



No último domingo, dia 6 de outubro, Defensoras e Defensores Públicos participaram das Missões de Observação Eleitoral (MOE), em dois municípios do Estado de São Paulo. Pela segunda vez, a Anadep foi credenciada pelo Tribunal Superior Eleitoral como observadora nacional do processo eleitoral em 2024 e em todos os estados, associadas e associados se voluntariaram para o trabalho.

A Presidenta da Associação, Jordana Rolim, a Vice-Presidenta Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin, a Diretora Luiza Lins, os Diretores Luiz Felipe Rufino e Rafael Galati e a associada Livia Tinoco representaram Defensoras e Defensores Públicos na cidade de São José dos Campos, onde atuaram em duas zonas eleitorais. Em Araçatuba, os voluntários na missão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram o Diretor Adjunto de Assuntos do Interior da Apadep, Vitor Cavina, e o associado Wild Ogawa.

Assim como fizeram em 2022, as/os Defensoras Públicas/os aplicaram um questionário para levantamento de informações por amostragem. Ainda no final de outubro, as associadas e associados voltarão a campo para atuar no segundo turno. Ao final das eleições, o TSE irá compilar as informações e divulgar uma análise das Missões de Observação Eleitoral.



Missão de Observação Eleitoral

No sábado pela manhã, dia 26 de outubro, a Diretora Luiza Lins reuniu-se com o Vice-Presidente do TRE e Corregedor Regional Eleitoral, excelentíssimo Desembargador José Antonio Encinas Manfré; com a Presidenta da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica, excelentíssima Desembargadora Claudia Lúcia Fonseca Fanucchi; e com o excelentíssimo Desembargador Roberto Maia Filho, para tratar sobre a atividade desenvolvida pela Anadep e Apadep nas Missões de Observação Eleitoral. Na sequência, Luiza Lins acompanhou a seleção das urnas que participaram do teste de integridade e, à tarde, acompanhou a emissão da zerésima do sistema de totalização.

Ainda no sábado à tarde, a Presidenta Jordana Rolim reuniu-se virtualmente com Karen Garzón, Coordenadora Geral da MOE/OEA, e Tomás Quesada, Coordenador da Equipe de Especialistas da MOE/OEA, para apresentar o trabalho realizado pela Apadep e pela Anadep na observação das eleições municipais de 2024.

Por fim, no domingo, dia 27 de outubro, as/os Defensoras e Defensores da Diretoria e associadas/os da Apadep, Jordana Rolim, Ana Paula Meirelles Lewin, Luiza Lins Veloso, Luiz Felipe Rufino e Livia Correia Tinoco retornaram a São José dos Campos, no segundo turno das eleições municipais, para atuar pela Missão de Observação Eleitoral para qual a Anadep foi credenciada pelo TSE.



OUTUBRO

Apadep no interior



Uma nova agenda de visitas da Diretoria da Apadep às unidades do interior foi cumprida em outubro, com reuniões nas Unidades de Rio Claro, Jaú e Araraquara, nos dias 9 e 10.

A Presidenta Jordana Rolim, a Diretora Financeira, Luiza Lins, o Diretor Administrativo, Luiz Felipe Rufino, a Diretora de Assuntos do Interior Priscila Domiciano, e o Diretor Adjunto, Alandeson Vidal, apresentaram um panorama das ações da Diretoria nos primeiros três meses de gestão e também dialogaram sobre temas locais.

No dia 09 pela manhã, a Diretoria da Apadep ofereceu um café da manhã para Defensoras/es da Unidade Rio Claro, acompanhada do Diretor Adjunto de Assuntos do Interior, Alandeson Vidal. Logo após recebê-los, o associado Felipe Pereira Magalhães manifestou em vídeo a sua opinião sobre a iniciativa. À tarde, a Diretora de Assuntos do Interior, Priscila Domiciano, juntou-se à Diretoria para dialogar com as/os colegas da Unidade Jaú. O associado Luís Gustavo Fontanetti também gravou um vídeo sobre a visita.

No dia seguinte, Jordana, Luiza, Luiz Felipe, Priscila e Alandeson foram recebidos pelos colegas de Araraquara para uma conversa que durou toda a manhã. O associado Rafael Veloso também contou em vídeo o que achou da experiência.

Destaques de associadas e associados

A Defensora Pública Gabriele Estabile, associada da Apadep, na condição de Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado da Infância e Juventude (NEIJ), representou a Defensoria Pública na 99ª pré-sessão do Comitê dos Direitos da Criança da ONU, realizada em Genebra, Suíça, na semana de 16 a 20 de setembro, onde falou sobre cumprimento de medidas socioeducativas, depoimento especial, direitos sexuais e reprodutivos, aborto legal para adolescentes, destituição do poder familiar e comunidades terapêuticas.

Em outubro, a Apadep divulgou um trecho da fala de Gabriele Estabile para associadas e associados que não puderam acompanhar a sessão pelo Youtube.

A associada Thalita Veronica Gonçalves e Silva foi moderadora do painel que discutiu a gestão de resíduos sólidos e economia circular inclusiva, no evento Justiça Climática na Gestão de Resíduos Sólidos e Economia Circular Inclusiva, que aconteceu no dia 31 de outubro.

Para incentivar a participação de associadas/os no evento que foi promovido pela EDEPE e FSP/USP, com o selo G20 Social, a Apadep compartilhou a programação do congresso, o link para inscrições e destacou que a iniciativa resultaria num documento de recomendações para o G20 e preparar o caminho para a COP30. O debate abordou temas cruciais como transição energética, segurança alimentar, economia circular e boas práticas na gestão de resíduos, e contou com renomados painelistas.

Também para valorizar o trabalho de associadas e associados, a Associação divulgou o lançamento e o desconto de pré-venda do livro “A Crise no Sistema Carcerário Brasileiro do Estado de Coisas Inconstitucional aos Processos Estruturais” de autoria de Douglas Schauerhuber.

Da mesma forma, foi feita a divulgação da obra coletiva “Constitucionalismo Digital e Direitos Humanos” que tem o associado Bruno Vinicius Stoppa Carvalho como um dos autores.

A Apadep divulgou, ainda, o link para compra do livro “O Cumprimento de Reformas Estruturais Determinadas em Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos: o Caso Favela Nova Brasília”, de autoria do associado Davi Quintanilha Failde de Azevedo.

E também no âmbito literário, mas em outro segmento, foi feita a divulgação do lançamento do livro “Poesias Recicláveis”, de Amanda Helena Gimeno de Souza e do associado Alanderson de Jesus Vidal.

Comunicação

A Presidenta Jordana Rolim participou do programa “Gente que Fala”, com transmissão ao vivo pela All TV, no Youtube, no dia 17 de outubro. A Presidenta da Apadep debateu sobre temas atuais, como o projeto de emenda à Constituição que visa estabelecer tempo de mandato dos Ministros STF e as emendas parlamentares conhecidas como “emendas pix”, ao lado de Ricardo Prado, Procurador de Justiça aposentado e ex-presidente do Movimento do Ministério Público Democrático; Antônio Carlos Fernandes Jr., Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado – Conacate; e Marcelo Issa, advogado, cientista político, fundador e diretor do Movimento Transparência Partidária.

No começo de outubro, a comunicação da Apadep produziu um vídeo que reuniu os principais compromissos e pautas trabalhadas pela Diretoria nos primeiros três meses de gestão. Nesse vídeo, a Presidenta Jordana Rolim faz uma retrospectiva do trabalho realizado interna e externamente e reafirma o compromisso com o fortalecimento da Defensoria Pública e do associativismo.



Apadep
NA MÍDIA

 DR. RICARDO PRADO Procurador de Justiça aposentado.	 JORDANA ROLIM Presidenta da Associação Paulista das Defensoras e Defensores Públicos.	 ANTÔNIO CARLOS FERNANDES JR. Presidente da CONACATE.	 DR. MARCELO ISSA Advogado e cientista político.
--	---	---	--

Jordana Rolim é uma das convidadas do programa “Gente que Fala”, desta quinta-feira, dia 17 de outubro, ao meio dia. O conteúdo da All TV pode ser visto também pela Tv Aberta São Paulo, ClaroTV canal 9 e VivoTV canal 8.

Retransmissão:
Às 17h pela TV Aberta São Paulo
Canal 9 - ClaroTV
Canal 8 - VivoTV



Relações Interinstitucionais

Dentro da agenda de relacionamento externo, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino receberam na sede da Associação, no dia 8 de outubro, o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Adpesp), Delegado André Pereira. Na conversa, a Diretoria da Apadep e o Presidente da Adpesp trataram de pautas de interesse comum entre as entidades de classe, entre elas a PEC 66/23 e a migração de regime previdenciário.



Também no dia 08 de outubro, o Diretor Legislativo da Apadep e da Anadep, Rafael Galati, representou a Anadep em reunião do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), que ocorreu em São Paulo, na sede da Afresp – Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo. A principal discussão foi em torno da PEC nº 66/2023, que endurece as regras previdenciárias.



Para a Apadep, esse movimento de aproximação com entidades do serviço público deve ser constante e estratégico. Sendo assim, manter uma atuação ativa no Fonacate contribui para a colocar a categoria de Defensoras/es numa posição de protagonismo no diálogo institucional.



Relações Interinstitucionais

No final do mês, em mais uma atividade de interlocução com entidades de classe, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino receberam na sede da Apadep, no dia 29 de outubro, a Diretoria da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp), oportunidade em que conversaram sobre temas de interesse comum. Visitaram a sede da Apadep: Mônica Paim, 1ª Vice-Presidente e Diretora de Eventos e Administração da Afresp; Luan Zacharias, Diretor Financeiro da Afresp e Victor Lins, Secretário-Geral da Afresp.



OUTUBRO

Relações internas



Em 15 de outubro, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, e a Diretora Luiza Lins receberam o Diretor da Edepe, Allan Ramalho, e os/as Defensores/as Públicos/as Assistentes da Edepe, Erica Leoni e Erik Arnesen, na sede da Apadep. A Vice-presidenta da Associação, Ana Paula Meirelles Lewin, participou da reunião virtualmente.



No dia 18 de outubro, a Diretora Luiza Lins Veloso participou do evento de lançamento do recém-criado Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero da Defensoria Pública (NUDIVERSIS), que ocorreu no Centro de Referência e Empreendedorismo do Museu da Diversidade Sexual.



No final do mês de outubro, no dia 23, a Diretoria da Apadep se reuniu com Betania Devechi Ferraz, Coordenadora Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração da Defensoria Pública; Maria Fernanda Oliveira, Assessora Técnica da CGA; e Daniel Luca Dassan Da Silva, Assistente Técnico do CADI. A reunião teve por objetivo debater o aprimoramento dos fluxos envolvendo pedidos de afastamentos por licença saúde na Defensoria Pública.



OUTUBRO

Diretoria



Em outubro, foi realizada a segunda reunião ordinária da Diretoria, que teve como pauta as ações da Associação nos últimos meses, notadamente: 1) os ofícios sobre retroatividade do tempo de serviço público em outros entes, reconhecimento do tempo de estágio na OAB, em outras Defensorias e Ministérios Públicos e em outros entes públicos; 2) os ofícios sobre diárias retroativas; 3) a proposta apresentada ao Conselho Superior para regulamentação da nova sistemática dos plantões; 4) o trabalho legislativo em torno da PEC 66/2023; 5) a migração previdenciária; 6) as Missões de Observação Eleitoral; 7) as visitas ao interior e 8) a regulamentação do CNJ sobre advocacia dativa. A reunião também tratou do planejamento para o final do 2º semestre.

OUTUBRO

Convênios

Na manhã do dia 23 de outubro, a Presidenta Jordana Rolim, o Diretor Luiz Felipe Rufino e a Diretora Luiza Lins se reuniram com Carlos Eduardo Nifocci, consultor da Sollus Corretora, para análise de novos produtos que possam ser oferecidos às/aos associadas/os.

Também em outubro, a Diretoria de Convênios divulgou um cupom de descontos para associadas/os da Apadep para compra de livros e materiais na Livraria Simples.

Da mesma forma, divulgou o sorteio de um ensaio de natal para duas/dois associadas/os da Apadep com a parceira Angie Fotografia que disponibilizou também descontos especiais para associados.



OUTUBRO

Outubro Rosa

A Apadep tem uma política de valorização de associadas e associados que prioriza seu bem-estar e sua saúde física e mental. Dessa forma, em outubro, a Diretoria das Mulheres aderiu à campanha do Outubro Rosa com o objetivo de conscientizar sobre a importância do diagnóstico precoce por meio da realização de consultas e exames e do incentivo a um estilo de vida saudável.

Dentro desta proposta, a Apadep realizou um sorteio de 6 (seis) vouchers de reembolso no valor de R\$500 (quinhentos reais) cada um, para a realização de determinadas consultas e exames, para as associadas que se inscrevessem na ação.

Os procedimentos reembolsáveis foram: consulta médica com ginecologista; mastologista e oncologista; exames de mamografia e ultrassonografia; sessão de fisioterapia; sessão de terapia; quiropraxia; e massagem.

Além disso, durante o período da campanha a Apadep divulgou em seus canais, convênios e parceiros relacionados ao bem-estar, e à saúde física e mental das associadas.



OUTUBRO

Eventos e Esportes

Tanto os jogos de futebol quanto de vôlei foram realizados em outubro. No início do mês aconteceu o tradicional futebol mensal no Playball Pompéia e no final do mês os times de vôlei se encontraram na Arena Nacional. Os espaços foram locados pela Apadep para a realização das práticas esportivas.

Para garantir a segurança de todas/os, o evento Apadep Fest precisou ser adiado, uma vez que havia previsão de fortes tempestades para a data, numa semana em que diversas ocorrências foram registradas devido ao mau tempo.

E para chamar a atenção de todas/os para o letramento antirracista, a Apadep divulgou o sorteio de 9 ingressos para associadas/os, com possibilidade de indicar 1 (um/a) acompanhante, para uma visita ao Memorial da Resistência no mês de novembro.

Conselho Superior aprova proposta da Apadep de compensação das atividades de especial dificuldade

Na sessão do Conselho Superior de 22 de novembro, o Colegiado aprovou proposta apresentada pela Apadep para que fosse alterada a Deliberação CSDP n°. 340/2017 para regulamentar a possibilidade de compensação das atividades de especial dificuldade, como atendimento inicial especializado ao público, participação em audiências de custódia, revisão criminal, entre outras.

A proposta foi apresentada pela Apadep em dezembro de 2023 no bojo do processo SEI n° 2023/0009982, que tratava do plantão 2x1, sendo cindida posteriormente e gerando o processo SEI n°. 2024/0001205. A possibilidade jurídica da alteração foi ancorada no parecer técnico do administrativista Prof. Dr. Márcio Cammarosano.

O voto vencedor apresentado oralmente considerou que, para as atividades em que há previsão de 15% de gratificação dos vencimentos do Defensor Público Nível I, fossem destinados 3 dias de compensação; para as atividades em que há previsão de 10% de gratificação, fossem destinados 2 dias de compensações e, para as atividades em que a contraprestação é 5% de gratificação, houvesse 1 dia de compensação. O voto propôs ainda que se estabeleça compensação adicional nas hipóteses em que os Defensores Públicos exerçam, nas atividades diárias, mais do que a média estabelecida no ato regulamentador de cada atividade.

Apoio jurídico

A Defensoria Pública-Geral negou, em 01 de novembro, o pedido administrativo formulado pela Apadep relacionado às diárias retroativas devidas às Defensoras e Defensores Públicos que realizaram atividades extraordinárias nos CIC's, CCM's e Cravi's anteriormente às alterações dos respectivos atos, que passaram a prever o direito à percepção das diárias nas hipóteses em que houver deslocamento para fora de sua comarca de atuação.

Por esta razão, a Apadep disponibilizou o escritório Innocenti Advogados Associados, que mantém parceria com a Associação, para ajuizar as ações judiciais visando o pagamento das parcelas correspondentes às diárias à/ao Defensora/or que atuou nos CICs, CCMs ou CRAVI, fora de sua sua comarca, sede ou circunscrição, nos últimos 5 anos.

Também em novembro, a Apadep recebeu, pela última vez, pedidos das/os associadas/os interessadas/os em integrar uma nova lista de desvinculação dos quadros da OAB/SP, no bojo do Mandado de Segurança Coletivo contra a OAB/SP, processo nº 0016414-67.2012.4.03.6100.

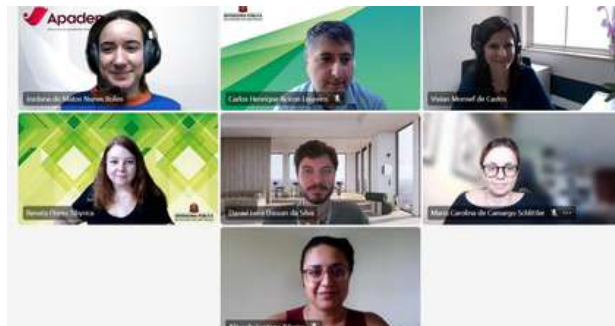
O procedimento foi necessário para que se possa se dar início a fase das execuções individuais para recebimento dos valores das anuidades pagas desde 2012 até a desvinculação.

Políticas institucionais

Na terça-feira, dia 5 de novembro, Jordana Rolim participou da reunião sobre Política de Cuidados, organizada pela Coordenação do Núcleo Especializado de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência (NEDIPED), com o objetivo de debater a proposta de deliberação sobre a temática, que seria apresentada perante o CSDP em dezembro.

Nesse sentido, alguns pontos da proposta foram discutidos, cotejando-os com normas internas de outras Defensorias e de outras instituições que tratam do assunto. A Apadep apresentou seu ponto de vista e deu contribuições sobre as questões debatidas.

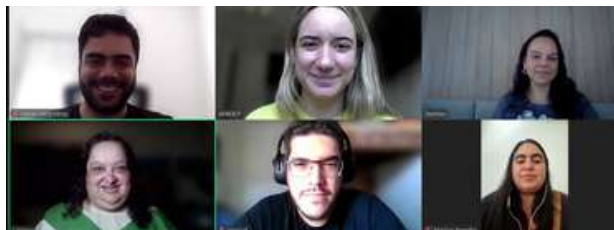
Participaram da reunião as/os Defensoras/es Públicas/os Carlos Henrique Aciron Loureiro e Renata Flores Tibyriçá, Coordenador e Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência (NEDIPED); Vivian Monsef de Castro, Defensora Pública Assessora da 1ª Subdefensoria Pública-Geral; Camila Marques Barroso, Ouvidora-Geral; Aline de Santana Ribeiro, representante da Ouvidoria; Maria Carolina de Camargo Schlittler, Assessora Técnica da 1ª Subdefensoria Pública-Geral; e Daniel Luca Dassin da Silva, psicólogo do CADI.



NOVEMBRO

Políticas institucionais

Já no dia 19, a Diretoria da Apadep e o Defensor Público associado Rafael Negreiros se reuniram com Cristina Oliveira, Guilherme Guiral e Marina Paredes, Coordenadoras/es da Associação de Servidoras e Servidores da Defensoria de São Paulo (ASDPESP), para tratar sobre a proposta de deliberação da Política Institucional de Monitoramento de Riscos e Proteção a Defensores/as e servidores/as da Defensoria de São Paulo, apresentada pela Apadep e pelo associado ao Conselho Superior em 17 de outubro.



Reunião com a Defensoria Pública-Geral



A Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, a Vice-Presidenta Ana Paula Meirelles Lewin, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino reuniram-se no dia 27 de novembro com a Defensora Pública-Geral, Luciana Jordão, com a 1ª Subdefensora Pública-Geral Bruna Simões e com o Defensor Público Subchefe de Gabinete, Marcelo Bonilha Campos.

Durante a reunião foram abordados temas institucionais de interesse comum, dentre os quais a implementação do juízo de garantias; as expectativas com o tema 1234; a decisão do CNJ sobre a regulamentação dos advogados dativos; a regulamentação das compensações a partir da nova deliberação aprovada pelo Conselho Superior; a proposta de deliberação da Apadep sobre política institucional de monitoramento de riscos e proteção de membros e servidores; tempo de estágio em outras Defensorias Públicas, outros Ministérios Públicos, outros entes públicos e advocacia pública; tempo de estágio na OAB; e teto retroativo.

Relações interinstitucionais

Na agenda interinstitucional, Jordana Rolim conduziu a mesa intitulada “Novos rumos da atuação consensual da Defensoria Pública”, no “Encontro Nacional da Advocacia Pública, Defensoria Pública e Advocacia Privada-OAB”, realizado entre os dias 5 e 7 de novembro, no Salão Nobre da Faculdade de Direito São Francisco (USP) e organizado pela Edepe. Na oportunidade, Jordana falou sobre a atuação extrajudicial como um dos principais diferenciais do modelo público do acesso à justiça.

Participaram da abertura, no dia 5, autoridades e figuras importantes de diversas instituições, entre eles o Ministro Luiz Felipe Salomão, o professor Kazuo Watanabe, a Defensora Pública-Geral Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho, a Procuradora-Geral do Estado de São Paulo, Inês Maria dos Santos Coimbra; a Secretária-Geral da Comissão Especial de Mediação e Conciliação do Conselho Federal da OAB, Rissiane dos Santos Goulart; a Presidenta da OAB/SP, Patrícia Vanzolini; a Procuradora Geral Federal, Adriana Maia Venturini; e o Presidente CEBEPEJ, Celso Cintra Mori. Rivana Ricarte, Presidenta da ANADEP, também participou de uma das mesas.

Representaram São Paulo nos painéis apresentados, os Defensores Públicos associados da Apadep Allan Ramalho Ferreira, Júlio Camargo de Azevedo e Júlio César Tanone. O Diretor Assistente da Edepe, Erik Saddi Arnesen, também presidiu uma das mesas formadas.



NOVEMBRO

XVI Conadep

Entre 12 e 15 de novembro, Defensoras e Defensores de todo o País estiveram reunidos para debater o tema "Defensoria Pública: modelo público-constitucional de concretização de direitos e acesso à Justiça", durante o XVI Conadep, que aconteceu em São Luís, no Maranhão.

A Diretoria da Apadep prestigiou o evento e sorteou passagem, hospedagem e inscrições entre associadas/os, com o objetivo de fomentar a participação no evento, que contribui para fortalecer a Defensoria Pública de São Paulo. A delegação do estado marcou forte presença, inclusive com associadas e associados da Apadep participando dos painéis e dos concursos de teses e práticas.

O evento, que teve em sua abertura a aula magna da Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, falando sobre o papel significativo da Anadep como entidade parceira na construção de políticas públicas de direitos humanos, foi encerrado com a palestra do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Flavio Dino de Castro e Costa.



Anadep e Campanha Nacional



A Diretoria da Anadep participou da AGE da Anadep em que foi definido que o tema da Campanha Nacional 2025 será Justiça Climática e Meio Ambiente. Luiza Lins, Luiz Felipe Rufino e Rafael Galati, acompanhados da Vice-Presidenta da Associação, Ana Paula Meirelles Lewin, participaram da AGE da Anadep realizada em São Luís-MA.

A AGE marcou o início do XVI Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Conadep), celebrando os 40 anos da Associação Nacional. O encontro contou com a participação de Presidentas e Presidentes das associações estaduais, membros das Comissões Temáticas e Defensoras/es de todo o País. Na ocasião, foi anunciado também que Minas Gerais será a sede da próxima edição do Congresso Nacional. Foram abordados, ainda, temas institucionais, jurídicos e legislativos.

Destaque de associados

No dia 5 de novembro, o associado Tiago Fensterseifer falou sobre a prejudicialidade dos agrotóxicos à saúde humana, durante audiência pública do STF sobre a desoneração tributária dos agrotóxicos.

Em sua fala, o Defensor apontou que a vida, a dignidade e os direitos fundamentais das gerações jovens e das futuras gerações estão sendo decididos nesta ação e devem ser protegidos pelo STF no presente, de modo a limitar a discricionariedade e corrigir a atuação flagrantemente inconstitucional e inconvencional do poder executivo, sob pena de o efeito cumulativo e prospectivo da poluição química dos agrotóxicos impactar de forma irreversível a vida humana e não-humana no futuro.



NOVEMBRO

Consciência negra



No feriado nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, a Apadep publicou uma entrevista concedida pela associada Cecília Cardoso Soares, integrante do Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (NUPIR) da Defensoria Pública, sobre letramento racial, papel da Defensoria Pública na mudança de cultura da sociedade e legislação. Cecília fez, ainda, uma reflexão sobre o futuro.

Ainda, em celebração ao Dia Nacional da Consciência Negra, a Apadep programou uma visita ao Memorial da Resistência.

NOVEMBRO

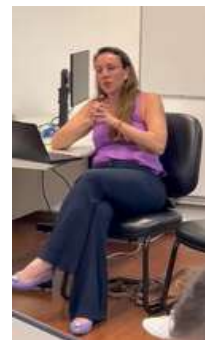
Recepção das/os novas/os Defensoras/es associadas/os

Para a Apadep, o crescimento da carreira é motivo de grande satisfação e a filiação das/os colegas confirma a força do associativismo para a estruturação da instituição.

Dessa forma, em 11 de novembro, a Diretoria recebeu na sede da Associação as/os 12 novas/os Defensoras/es, que também haviam iniciado o curso de formação da Edepe; e no dia 22 de novembro, promoveu uma recepção para elas/eles como forma de estreitar os laços. Todas/os se filiaram à Apadep.

A participação da Apadep no curso de formação começou logo na abertura, quando, no dia 11 de novembro, a Presidenta Jordana Rolim apresentou a Apadep para as/os novas/os Defensoras/es. Na oportunidade, Jordana Rolim explicou a relevância do associativismo para o crescimento da instituição e apresentou as frentes de atuação da Apadep.

Também, durante o curso de formação, o Diretor Luiz Felipe Rufino, a Diretora Luiza Lins e a Vice-Presidenta Ana Paula Meirelles Lewin participaram das oficinas e falaram com as/os colegas sobre letramento racial; tutela coletiva e atuação em reintegrações de posse multitudinárias; legislação e a atuação prática na defesa de mulheres na área de família, respectivamente.



NOVEMBRO

Posse Popular



A Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, e o Diretor Luiz Felipe Rufino participaram da posse popular das novas/os Defensoras/es, organizada pela Ouvidoria Geral e pela Edepe, e realizada no dia 28 de novembro, na Comunidade Futuro Melhor, zona norte da capital. Jordana Rolim fez uma fala na abertura do evento, na qual ressaltou o papel da Associação no seu compromisso com a qualificação contínua do atendimento à população usuária dos serviços.



NOVEMBRO

Apadep no interior

Em continuidade ao ciclo de visitas às unidades, também no dia 28 de novembro, a Presidenta Jordana Rolim, acompanhada das Diretoras Luiza Lins e Priscila Domiciano, e do Diretor Luiz Felipe Rufino, reuniu-se com Defensoras e Defensores da unidade Caraguatatuba. No encontro, as Defensoras e Defensores puderam conversar com a Associação sobre questões locais e de interesse associativo.



Convênios

Em novembro, a Apadep anunciou dois novos convênios: 15% de desconto nas mensalidades do Colégio Oswald de Andrade, na Capital paulista; e 20% de desconto para o curso de mestrado em Direito na Univem - Centro Universitário Eurípides de Marília.

Editorial

A atuação associativa foi uma pauta de destaque entre as/os integrantes da carreira no mês de novembro e a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, não se furtou ao debate e levou para associadas e associados informações sobre os trabalhos e as conquistas da Associação em seus 18 anos de formação. No dia 28, Jordana Rolim publicou um editorial esclarecedor sobre o peso associativo na formação e solidificação da carreira:

“Prezada associada, prezado associado,

A Apadep nasceu no mesmo ano da criação da Defensoria Pública de São Paulo, em 2006. Em seus 18 anos de história, a Associação esteve à frente das principais conquistas obtidas por nossa instituição a nível estadual e nacional.

Em São Paulo, a ampliação dos quadros de Defensoras/es Públicas/os, a defesa da permanência da destinação do FAJ à Defensoria Pública, os aumentos e reajustes vencimentais, a criação da carreira de analistas jurídicos e a luta pela preservação dos direitos previdenciários são apenas alguns exemplos que demonstram a ativa participação da Associação na construção de nossa instituição, por meio de um diálogo constante com parlamentares, representantes do Poder Executivo, sociedade civil e demais atores políticos relevantes.

Em nível nacional, a Apadep também participou ativamente de conquistas históricas da Defensoria Pública e do serviço público, como a Emenda Constitucional nº. 80/14, a minoração dos efeitos da reforma previdenciária, a interrupção da tramitação da reforma administrativa, o acompanhamento da tramitação e a proposta de alteração no texto do Projeto de Lei nº. 2.721/21, a inclusão da Defensoria Pública na PEC 10/23 e, recentemente, a retirada da previsão na PEC 66/23 que impunha uma nova reforma da previdência aos Estados e Municípios.

Para além desse trabalho legislativo externo, que é fundamental e rende tantos frutos para o fortalecimento da Defensoria Pública e do modelo público constitucional de acesso à justiça, o associativismo tem o importante papel de representar os interesses das associadas e associados internamente, junto ao Conselho Superior, à Defensoria Pública-Geral, à Corregedoria e aos demais órgãos de nossa instituição.

A título de exemplo, a Apadep apresentou ao Conselho Superior as recentes propostas da Política de Valorização da Maternidade e da Amamentação e de Proteção da Primeira Infância, de compensação das atividades de especial dificuldade e da Política de Monitoramento de Riscos e Proteção a Defensoras e Defensores Públicos.

Editorial

A promoção de eventos, a distribuição de brindes e a celebração de convênios são apenas alguns aspectos do associativismo, que também tem o papel de criar espaços que fomentem o sentimento de pertencimento. Ataques à Associação representam uma ofensa à própria Defensoria Pública, instituição que no Estado de São Paulo atingiu sua maioria somente nesse ano de 2024 e que tanto precisa da soma de esforços para sua adequada estruturação.

Recentemente, celebramos com imensa alegria a chegada de parte das/os colegas aprovadas/os no IX Concurso de ingresso, contribuindo para amplificar o acesso à justiça nas comarcas onde a Defensoria Pública já está instalada e iniciar sua atuação naquelas onde ainda não está.

Dez anos depois da Emenda Constitucional n.º 80/2014, que estabeleceu o prazo de 8 (oito) anos para que a União, os Estados e o Distrito Federal passassem a contar com Defensoras/es Públicas/os em todas as unidades jurisdicionais, a Defensoria Pública de São Paulo está em apenas 52 das 320 comarcas do Estado, já contabilizadas as 8 (oito) novas comarcas em que passaremos a atuar desde a última expansão institucional.

De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2022, o Estado de São Paulo possui 44.420.459 habitantes. Já contabilizando as/os novas/os colegas, a proporção é de 1 Defensor/a Público/a para cada 53.518 habitantes.

Considerando os 36.769.322 habitantes com renda de até três salários mínimos, São Paulo apresenta a razão de 1 Defensor/a Público/a para cada 44.300 habitantes, sendo um dos piores Estados na proporção entre número de Defensores/as Públicos/as e população potencialmente atendida.

Em termos remuneratórios, temos neste momento a maior diferença entre o valor do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e o salário-base das/os Defensoras/es Públicas/os desde a criação da Defensoria de São Paulo, em 2006. Com o último aumento salarial real ocorrido no longínquo ano de 2013, nunca estivemos tão distantes de atingir a simetria entre as carreiras constitucionalmente equiparadas. De 2013 pra cá, houve apenas quatro recomposições salariais (2017, 2022, 2023 e 2024), mas que sequer cobriram a inflação do período.

Editorial

Assim como qualquer outra política pública, a do acesso à justiça necessita de recursos para que seja adequadamente implementada, diante dos inúmeros desafios estruturais e remuneratórios que ainda enfrenta.

Em termos orçamentários, a Defensoria Pública de São Paulo conta com um orçamento de R\$ 1.448.069.496,00, dos quais R\$ 150.469.601,00 advém de repasse do Poder Executivo e R\$ 1.297.599.895,00 é proveniente do FAJ – Fundo de Assistência Judiciária. Em que pese o enxuto orçamento – correspondente a apenas 0,50% do orçamento fiscal do Estado – e os desafios estruturais e remuneratórios citados, temos ano após ano experimentado sobras orçamentárias, que atualmente chegam a R\$ 775.836.017,56.

A luta pela valorização, capilarização e estruturação da Defensoria Pública não é só da Associação, mas de todas/os que respeitam a nossa instituição e sonham vê-la atingir o patamar constitucional em que ela merece e precisa estar, garantindo à população paulista o acesso a seus direitos e a superação das desigualdades.

Jordana Rolim

Presidenta da Apadep”

Congresso Nacional - Ajuste Fiscal e Atividade de Risco movimentam atividade legislativa

Os trabalhos de dezembro em Brasília giraram em torno da PEC 45/24 e do PL 4015/23. De autoria do Poder Executivo, a PEC 45/24 trazia medidas para diminuir as despesas obrigatórias do governo, como a diminuição gradativa no grupo que poderia receber o abono do PIS/Pasep; mudanças na destinação dos recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb); e limitações às verbas indenizatórias recebidas acima do teto, em especial aquelas percebidas pelos membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradorias, chamadas de “supersalários” pelo Governo Federal e imprensa. A PEC fez parte do pacote de ajuste fiscal enviado pelo Poder Executivo no início de dezembro ao Congresso.

Por sua vez, o PL 4015/23 versava originariamente sobre reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Porém, após intenso trabalho legislativo da Apadep, Anadep e demais Associações estaduais no 1º semestre de 2024, a Defensoria Pública foi incluída no texto por ocasião do debate da matéria no Senado Federal. O projeto então retornou à Câmara dos Deputados para que a Casa deliberasse sobre as mudanças feitas pelas/os Senadoras/es.

PEC 45/24

Na manhã de 03 de dezembro, o Governo Federal protocolou na Câmara dos Deputados a PEC 45/24, que acrescenta o § 11 ao artigo 37 da Constituição Federal para estabelecer que somente poderão ser excetuadas do teto constitucional remuneratório as parcelas de caráter indenizatório expressamente previstas em lei complementar de caráter nacional e aplicada a todos os Poderes e instituições autônomas.

Desde que a PEC foi proposta, em 03 de dezembro, a Apadep esteve em Brasília trabalhando em conjunto com a Anadep, Associações estaduais, e demais Associações do sistema de Justiça para que a PEC não fosse pautada; e caso fosse pautada, houvesse a supressão do § 11 do art. 37 da CF; ou, subsidiariamente, a modificação do texto.

Na primeira semana, nos dias 04 e 05 de dezembro, a Presidenta Jordana Rolim esteve em Brasília, na Câmara dos Deputados, dialogando com os Deputados Rubens Pereira Júnior (PT/MA), Paulo Bilynskyj (PL/SP), Alencar Santana (Vice-Líder do Governo, PT/SP), Capitão Augusto (PL/SP), Antônio Brito (Líder do PSD, PSD/BA), Antônia Lúcia (Republicanos/AC), Stélio Dener (Republicanos/RR), Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e Talíria Petrone (PSOL/RJ), buscando sensibilizá-los em relação à PEC 45/24.



PEC 45/24

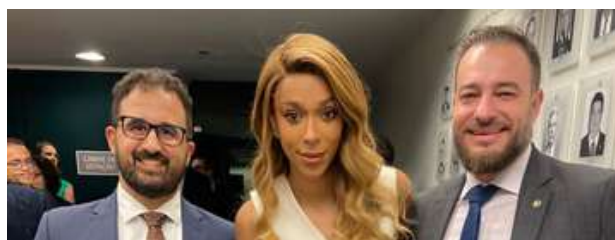
No dia 06 de dezembro, a Apadep, em conjunto com Apesp (Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo), Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), APMP (Associação Paulista do Ministério Público), APMSP (Associação dos Procuradores do Município de São Paulo), ADPESP (Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo), Sindpesp (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo) e Afresp (Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo), divulgaram nota conjunta sobre a PEC 45/24. Na nota, a Apadep e as demais entidades subscritoras abordaram os pontos da PEC que reputam prejudiciais ao serviço público e, conseqüentemente, à sociedade brasileira.

DEZEMBRO

PEC 45/24

Na semana seguinte, a Presidenta Jordana Rolim e os Diretores Rafael Galati e Luiz Felipe Rufino retornaram para Brasília, entre os dias 10 e 12 de dezembro, para o trabalho de articulação em torno da PEC 45/24. Havia um impasse entre os Poderes Executivo e Legislativo sobre questões políticas, notadamente as emendas parlamentares, que trazia um cenário de baixa probabilidade de votação da PEC 45/24 naquela semana.

A Apadep cumpriu uma extensa agenda no Congresso. Jordana Rolim, Rafael Galati e Luiz Felipe Rufino dialogaram com as/os Deputadas/os Antônia Lúcia (Republicanos/AC); Antonio Britto (Líder do PSD, BA); Erika Kokay (PT/DF); Erika Hilton (PSOL/SP), Líder da Federação PSOL/REDE; Túlio Gadelha (Rede/PE); Luiz Gastão (PSD/CE); Capitão Augusto (PL/SP); Paulo Bilynskyj (PL/SP); Sâmia Bomfim (PSOL/SP); Joaquim Passarinho (PL/PA); Defensor Stélio Dener (Republicanos/RR); João Carlos Bacelar (PR/BA); Alencar Santana (Vice-Líder do Governo, PT/SP) e Gilberto Nascimento (PSD/SP).



DEZEMBRO

PEC 45/24

Na última semana, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, e o Diretor Legislativo da Apadep e da Anadep, Rafael Galati, voltaram a Brasília para intensificar o trabalho. Na segunda, dia 16 de dezembro, Jordana e Galati permaneceram na Câmara dos Deputados até o encerramento dos trabalhos, quando a PEC 45/24 foi oficialmente apensada à PEC 31/2007 que estava pronta para ir à votação em plenário. Ainda, na segunda-feira, Jordana e Galati se reuniram com o Deputado Moses Rodrigues (União/CE) relator da PEC 45/24, ao lado de outras associações do sistema de Justiça; e com o Deputado Antonio Britto (PSD/BA), Líder do PSD.

No dia seguinte, a Presidenta e o Diretor da Associação retornaram à Câmara dos Deputados, onde puderam dialogar com diversas lideranças, dentre elas as/os Deputadas/os Antonia Lucia (Republicanos/AC), Alencar Santana (PT/SP), Stélio Dener (Republicanos/RR), Guilherme Boulos (PSOL/SP) e Jandira Feghali (PCdoB/RJ); e acompanhar os trabalhos diretamente do plenário até seu encerramento.



DEZEMBRO

PEC 45/24

Já na quarta-feira, dia 18 de dezembro, Jordana e Galati tiveram uma nova reunião com o Deputado Moses Rodrigues, ocasião em que expuseram a situação da Defensoria Pública e a necessidade de supressão ou modificação do § 11 do art. 37. Falaram ainda sobre a PEC com o Senador Eduardo Gomes (PL/TO), e os Deputados Gilberto Nascimento (PSD/SP), Paulo Bilynskyj (PL/SP), Rui Falcão (PT/SP), Wladimir Garotinho (PSD/RJ) e Alencar Santana (PT/SP).

Na noite da quarta-feira, foi divulgado o relatório do Deputado Moses Rodrigues que foi aprovado no plenário no dia seguinte, prevendo que as verbas indenizatórias deverão ser previstas em lei ordinária de caráter nacional aprovada no Congresso Nacional a ser aplicada a todos os Poderes e entes autônomos. Também estabeleceu disposição transitória prevendo que até que sobrevenha a norma supletiva, as verbas indenizatórias previstas na legislação em vigor permanecerão válidas, acolhendo o pleito das associações.



PEC 45/24

Por fim, na quinta-feira, o Diretor Legislativo Rafael Galati acompanhou os trabalhos na Câmara dos Deputados durante as votações em 1º e 2º turno da PEC. Além disso, Galati também esteve no Senado Federal onde dialogou com o relator da PEC 45/24 na Casa, Senador Marcelo Castro (MDB/PI), com a Senadora Jussara Lima (PSD/PI), e com a assessoria da Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Assim, após votação em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foi aprovado o texto da PEC PEC 45/24, apensada à PEC 31/07, prevendo dentre outras coisas que as verbas indenizatórias deverão ser previstas em lei ordinária de caráter nacional aprovada no Congresso Nacional a ser aplicada a todos os Poderes e entes autônomos. Traz também uma disposição transitória prevendo que até que sobrevenha a norma supletiva, as verbas indenizatórias previstas na legislação em vigor permanecerão válidas. No texto original da PEC, as verbas indenizatórias dependeriam de lei complementar de caráter nacional e não haveria regra de transição.



DEZEMBRO

PL 4.015/23

Também na primeira semana de dezembro, foi inserida na pauta do plenário da Câmara dos Deputados, no dia 03, o PL 4015/2023, cujo texto advindo do Senado Federal reconhecia como atividade de risco aquelas desempenhadas por Defensoras/es Públicas/os, Magistradas/os e Membras/os do MP.

Neste dia, a Apadep manteve contato com parlamentares de São Paulo para que votassem favoravelmente ao texto oriundo do Senado Federal. Enquanto, a Anadep dialogou com as lideranças partidárias na Câmara. A inclusão da Defensoria no texto foi fruto do trabalho da Apadep em conjunto com a Anadep e demais Associações estaduais.

Ainda no dia 03, o Deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA) foi designado como relator do projeto e apresentou parecer preliminar de plenário no sentido de rejeitar as emendas oriundas do Senado Federal, retirando a Defensoria Pública do texto.

A partir de então, a Apadep passou a atuar para que fossem apresentados destaques de emenda para que a Defensoria fosse novamente incluída no texto e, em não sendo possível, que o projeto fosse retirado de pauta.



DEZEMBRO

PL 4.015/23



No dia seguinte, em 04 de dezembro, a Presidenta Jordana Rolim em trabalho de articulação em torno da PEC 45/2024 e do PL 4015/2023 dialogou com os Deputados Rubens Pereira Júnior (PT/MA), Paulo Bilynskyj (PL/SP), Alencar Santana (Vice-Líder do Governo, PT/SP), Capitão Augusto (PL/SP) e Antônio Brito (Líder do PSD, PSD/BA).



Assim, após intenso trabalho realizado pela Apadep e Associações, foram apresentados três pedidos de destaque para que a Emenda 1, que tratava da inclusão da Defensoria Pública no texto, fosse votada nominalmente. Os destaques foram apresentados pela Federação do PT/PCdoB/PV; pelo bloco do Republicanos/PSD/MDB; e pelo bloco do Solidariedade/PP/União Brasil.



No início da votação, parlamentares usaram a tribuna para defender a inclusão da Defensoria Pública no projeto, no entanto foi aprovado em plenário o parecer do Deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA).



Ao final, na noite do dia 04 de dezembro, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do Deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA) ao PL 4015/2023, somente com a Magistratura e o Ministério Público, sem os destaques de emendas que incluíam a Defensoria e as demais carreiras.

DEZEMBRO

PL 4.015/23

Entretanto, a votação em plenário do texto indicado no relatório ainda possibilita que os destaques sejam votados posteriormente. Enquanto não houve a votação dos destaques, o texto não pode ir a sanção presidencial.

A Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, esteve durante todo o dia na Câmara dos Deputados e permaneceu em plenário acompanhando os trabalhos.

Ainda, durante todo o mês de dezembro, a Apadep acompanhou a tramitação do PL 4015/23, para garantir a votação dos destaques de emenda que incluem a Defensoria Pública.



Apadep oficia a Defensoria Pública-Geral e aprova questão de ordem no CSDP

No dia 17 de dezembro, a Apadep oficiou à Defensoria Pública-Geral pleiteando a reabertura do sistema “Meu RH” no dia 18 de dezembro, para que fosse facultado às Defensoras e Defensores Públicos o lançamento de compensações, férias e licenças-prêmio, possibilitando seu indeferimento por necessidade de serviço.

A Associação ainda requereu que fosse excepcionalmente facultada a possibilidade de indeferimento do gozo dos referidos direitos sem limite de dias, ainda que o pagamento seja feito de forma escalonada.

A medida se tornou necessária diante da iminência de possíveis alterações legislativas decorrentes de proposições que tramitavam no Congresso Nacional à época.

No dia seguinte, na sessão do Conselho Superior, a Apadep representada por sua Diretora Financeira, Luiza Lins, reforçou o pedido feito no ofício e após intensa discussão, o conselheiro Raphael Camarão encaminhou questão de ordem para que o Conselho Superior aprovasse o pedido feito pela Associação em seu ofício, com base no artigo 29, VII, do Regimento Interno do CSDP, tendo sido aprovada a Questão de Ordem nº 10, no seguinte sentido:

“Fica autorizada a formulação de pedidos de gozo de férias e licenças-prêmio nos dias 18 e 19 de dezembro de 2024. Os pedidos formulados nessas datas ficam dispensados de observar as limitações de dias previstas na normativa vigente e serão calculados com base na remuneração do mês do pedido. Os pedidos serão realizados por e-mail endereçado à respectiva Coordenação, a quem caberá a decisão e posterior envio ao Departamento de Recursos Humanos”.

Por 6 votos a 4, o colegiado não aprovou que os pedidos de compensações também pudessem ser excepcionados, vencidos os Conselheiros Raphael Camarão, Leonardo de Paula, Fábio Sorge e Roque Jerônimo.

Fortalecimento da Defensoria Pública



A Apadep foi representada pela Presidenta Jordana Rolim e pelo Diretor Legislativo da da Apadep e da Anadep, Rafael Galati, no evento em homenagem à Defensoria Pública organizado pela Presidenta da Frente Parlamentar Mista de Apoio e Fortalecimento das Defensorias Públicas dos Estados e da União, Deputada Antônia Lúcia (Republicanos-AC).

A cerimônia foi realizada no dia 11 de dezembro, na Câmara dos Deputados, em Brasília, e contou com a presença da Apadep, Anadep, Associações Estaduais e de Defensoras e Defensores de diversos estados.

Durante a cerimônia, Antônia Lúcia destacou a importância da atuação da instituição. Também afirmou que o encontro foi uma oportunidade para fazer um balanço do ano e reconhecer o papel essencial desempenhado pelas defensoras e defensores públicos.

Políticas institucionais

No dia 02 de dezembro, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, participou da terceira reunião com NEDIPED, Ouvidoria e CADI para fazer apontamentos à redação da proposta de deliberação sobre a criação de uma política de cuidados para Defensoras/es e servidoras/es com deficiência e doenças graves e seus familiares, que seria apresentada pelo Núcleo perante o CSDP em 03 de dezembro. O processo foi distribuído para relatoria do conselheiro Allan Ramalho.

Participaram da última reunião, além da Jordana Rolim, Carlos Henrique Aciron Loureiro e Renata Flores Tibyriçá, Coordenador e Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência (NEDIPED); Amanda Oi, Assistente Técnica da Ouvidoria-Geral; e Daniel Luca Dassan da Silva, psicólogo do CADI.



Políticas institucionais

Além disso, no dia 04 de dezembro, a proposta de deliberação apresentada pela Apadep, em conjunto com o associado Rafael Negreiros, visando a criação da Política Institucional de Monitoramento de Riscos e Proteção a Defensores/as e servidores/as da Defensoria Pública de São Paulo foi amplamente debatida por sua Diretoria.

Pela manhã, a Diretora Luiza Lins e o Diretor Luiz Felipe Rufino receberam a Ouvidora-Geral, Camila Marques e a assistente técnica Amanda Oi; as/o Coordenadoras/es da ASDPESP, Cristina Pereira de Oliveira, Marina Castro e Guilherme Guirau; e o associado Rafael Negreiros para dialogar sobre a proposta.

À tarde, as/os Diretoras/es da Apadep e as/os Coordenadoras/es da ASDPESP, acompanhadas de Rafael Negreiros, foram recebidas pelo Corregedor-Geral, Roque Jerônimo, e pela Corregedora-Auxiliar, Helena Pires de Oliveira, para apresentar detalhes da proposta que foi protocolada pela Apadep e por Rafael Negreiros no Conselho da Defensoria Pública.



Supremo Tribunal Federal e ADI 5.644



Na tarde de 12 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal retomou o julgamento da ADI 5.644, com a prolação do voto vista do Ministro Gilmar Mendes. A ADI foi proposta pela Anadep, em face da Lei Complementar 1.297/2017 do Estado de São Paulo que vinculou parte do orçamento da Defensoria Pública estadual, correspondente a 40% do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ), à prestação de assistência jurídica suplementar por advogados privados.

A Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, acompanhou a sessão plenária em Brasília e atuou em conjunto com a Anadep e com a Defensoria Pública-Geral no diálogo com as assessorias dos Ministros.

A Defensoria de São Paulo atua como *amicus curiae* na ADI que começou a ser julgada em 11 de dezembro de 2020, em plenário virtual, com formação de maioria favorável à Defensoria Pública. Entretanto, em 18 de dezembro de 2020, último dia do julgamento virtual, houve pedido de destaque para julgamento em plenário por parte do Ministro Alexandre de Moraes.

Supremo Tribunal Federal e ADI 5.644



Em 2021, a Corte formou maioria no sentido da procedência do pedido e da consequente inconstitucionalidade formal e material da referida lei, tendo sido esse o voto do Ministro Relator, Edson Fachin, acompanhado pelas/os Ministras/os Nunes Marques, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Marco Aurélio e Cármen Lúcia. O Ministro Alexandre de Moraes apresentou voto divergente pela improcedência do pedido e pela constitucionalidade da norma, sendo acompanhado pelo então Ministro Ricardo Lewandowski.

A discussão foi retomada em 24 de novembro de 2021, e as/os Ministras/os Rosa Weber, Dias Toffoli e Cármen Lúcia apresentaram seus votos favoráveis à inconstitucionalidade da lei, formando maioria em favor da Defensoria Pública. O Ministro Ricardo Lewandowski votou pela improcedência da ação e o Ministro Gilmar Mendes pediu vista.

Em seu voto, o Ministro Gilmar Mendes julgou improcedente o pedido, declarando constitucional a previsão legal questionada. O Ministro Dias Toffoli, que já havia votado, pediu vistas. O Ministro Luiz Fux, cujo voto ainda estava pendente, declarou que irá aguardar o voto-vista do Ministro Dias Toffoli.

Atuação na Alesp

Na noite do dia 17 de dezembro, no plenário da Alesp, foi aprovado o parecer do Deputado Alex Madureira (PL) referente ao orçamento do Estado de São Paulo para 2025 em que consta uma emenda em favor da Defensoria Pública, no valor de R\$10 milhões.

O projeto seguiu para os trâmites regimentais, que preveem a apresentação e aprovação da redação final pelas Comissões e pelo Plenário.

A Diretora Luiza Lins esteve na Alesp no período da manhã acompanhando os trabalhos e dialogou com o Deputado Alex Madureira (PL); o Líder da Minoria, Deputado Enio Tatto (PT); o Líder do Governo, Deputado Gilmaci Santos (Republicanos), e o Líder da Federação PT/PC do B/PV, Deputado Paulo Fiorilo.

No período da tarde, o Diretor Luiz Felipe Rufino e a Diretora Luiza Lins estiveram na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento quando a sessão foi retomada e acompanharam a aprovação da LDO na Comissão. Também conversaram com o Deputado Luiz Cláudio Marcolino (PT), membro da CFOP.



DEZEMBRO

Anadep



Em 12 de dezembro, foi realizada Assembleia Geral Ordinária da Anadep, na qual também ocorreu a eleição da nova Diretoria da Associação Nacional para o biênio 2025-2027.

A nova Diretoria terá à frente na Presidência da Anadep, a Defensora Pública de Goiás e ex Presidenta da Associação do mesmo estado (2023-2024), Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes.

A chapa “Transformação Coletiva” foi a única inscrita para disputar a eleição e Jordana Rolim e Luiz Felipe Rufino, Presidenta e Diretor da Anadep, ocuparão as funções de Diretora de Comunicação e Diretor-Adjunto da Anadep. Além disso, foram escolhidos os integrantes dos Conselhos Diretor, Consultivo e Fiscal da Entidade.

Na vice-presidência institucional, estará Mário Rheingantz, Presidente da ADPERGS. Kelviane Barros, Presidenta da Associação dos Defensores Públicos do Ceará, assumirá a Vice-Presidência Jurídico-Legislativa e a Vice-Presidência Administrativa ficará a cargo de Rômulo Carvalho, Vice-presidente da ADEP-MG.

Diretoria

Em 09 de dezembro, a Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, a Vice-Presidenta, Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin, a Diretora Luiza Lins, e o Diretor Luiz Felipe Rufino, participaram da terceira reunião com o Conselho da Apadep, composto por Leila Rocha Sponton, Leandro De Castro Gomes e André Marcondes.

Na reunião, a Presidenta, a Vice-Presidenta, a Diretora Financeira e o Diretor Administrativo dialogaram com a Conselheira e os Conselheiros sobre os fluxos internos de organização financeira da Associação e a execução orçamentária do atual exercício financeiro, aprovado em AGO realizada em 29 de abril de 2024.

Também no dia 16 de dezembro, realizou-se a terceira reunião ordinária da Diretoria da Apadep, cuja pauta tratou das ações dos últimos meses do ano da Associação, em especial: a PEC 45/24; PL 4015/23; PEC 66/23; e a proposta de deliberação da Apadep para criação de política institucional de monitoramento de riscos e proteção de defensores e servidores.

A Presidenta Jordana Rolim e o Diretor Legislativo Rafael Galati não participaram da reunião, uma vez que estavam em trabalho de articulação no Congresso Nacional.



Prêmio Justiça para Todas e Todos



A Diretoria da Apadep participou da 12ª edição do Prêmio Justiça para Todos e Todas – Josephina Bacariça, organizado pela Ouvidoria-Geral e com apoio da Apadep, da ASDPESP, da Edepe. O evento foi dividido em duas partes, sendo a cerimônia de premiação na segunda-feira, dia 9 de dezembro, e o seminário de apresentação das práticas no dia seguinte, ambos realizados na Casa Cultural do Povo Brasileiro.

A Presidenta da Apadep, Jordana Rolim, integrou a mesa de abertura e, em sua fala, externou alegria em contribuir para valorizar trabalhos tão primorosos.

Ao todo, foram 49 inscrições nas categorias Defensora/or, Servidora/or e Órgãos da Defensoria. A associada Katia Cilene Oliveira Giraldi foi a vencedora na categoria Defensora/or. As menções honrosas foram para os associados Diego Polachini e Orivaldo de Sousa Ginel Junior.

A Diretora Luiza Lins integrou a mesa de abertura do segundo dia e, juntamente com o Diretor Administrativo Luiz Felipe Rufino, prestigiou a cerimônia e o seminário de apresentação das práticas.

DEZEMBRO

EDEPE

A Diretora Luiza Lins prestigiou, no dia 11 de dezembro, a cerimônia de formatura da 1ª turma de alunos de pós-graduação da Edepe, realizada no auditório Professor Ruy Barbosa Nogueira, da Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco.

Ao todo, 32 pessoas concluíram a especialização em Ciências Criminais, curso coordenado pelo Defensor Público associado e Professor da USP, Patrick Cacicedo, e que tem coordenação geral pelo Defensor Público associado e Professor do Mackenzie, Rafael Strano. Allan Ramalho, Diretor da Edepe, conduziu a cerimônia que contou com a presença de formandas/os e familiares.



DEZEMBRO

Aposentadas/os



Com uma Diretoria voltada especificamente para os interesses de aposentadas e aposentados, desde 2022 a Apadep valoriza a contribuição que as/os colegas podem oferecer ao trabalho associativo. No dia 3 de dezembro, associadas/os aposentadas/os foram recebidos pela Diretora Luiza Lins, pelo Diretor Luiz Felipe Rufino e pelas Diretoras de Aposentadas/os Maria Dolores Maçano e Silvana Figueiredo na sede da Associação para dialogar sobre assuntos diversos.

E para estreitar os laços, pela primeira vez a Apadep ofereceu desconto de 50% nos convites da festa de final de ano para associadas/os aposentadas/os.

Destaques de associadas/os

Veículos da região de Araraquara destacaram em dezembro a atuação do associado Luis Marcelo Mendonça Bernardes. Isto porque, foi proferida sentença resultante de ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPSP) para que a Caixa Econômica Federal e a construtora Itajaí corrigissem problemas estruturais no condomínio Residencial Oitis, financiado pelo programa Minha Casa, Minha Vida.

Além das reparações, a Justiça determinou que a Caixa fornecesse novas moradias pelo Minha Casa Minha Vida para as famílias beneficiárias que não cederam os imóveis para terceiros, mesmo para aquelas que tenham deixado os apartamentos por falta de segurança. O banco também foi condenado a pagar R\$ 420 mil por danos morais coletivos e a indenizar os prejuízos individuais dos moradores, com valores a serem definidos futuramente. A prefeitura alega que sanou falhas apontadas e vai recorrer.

Festa de Final de Ano 2024

A festa de final de ano da Apadep, realizada na Casa Petra, no dia 14 de dezembro, reuniu associadas/os, autoridades, parceiros e representantes de entidades do sistema de Justiça. Jordana Rolim, Presidenta da Associação; Ana Paula Meirelles Lewin, Vice-Presidenta; Luiza Lins, Diretora Financeira; e o Diretor Administrativo Luiz Felipe Rufino receberam todas e todos com alegria.

A festa contou com a presença do Secretário Estadual de Justiça e Cidadania, Fabio Prieto, representando o Governador do Estado, Tarcísio de Freitas, bem como da Defensora Pública-Geral do Estado, Luciana Jordão. Nas redes sociais, a Associação agradeceu a prestigiosa presença do Secretário e da Defensora Pública-Geral no evento festivo.

Entre as autoridades presentes na festa, estavam, ainda, o Corregedor-Geral da Defensoria Pública de São Paulo, Roque Jerônimo; a Secretária de Segurança Pública de Santos, Raquel Gallinati, e representantes da Apamagis, da Afresp, do Sindpesp e da Asdpesp, a quem a Diretoria também agradeceu pelo prestígio.



DEZEMBRO

Parceiros



Parceiros importantes que trabalharam ao lado da Apadep durante todo o ano também prestigiaram a festa.

Nelson Fontana, Rosangela Fontana e Ana Lucia, da Agência Pinheiros; José Jerônimo Nogueira de Lima, Lourenço Grieco Neto e Lucas Blois, do escritório Innocenti Advogados; Alexandre Pacheco Martins, do escritório Pacheco Martins Advogados; Vanessa Alvarenga, Marcos Rolim e Carlos Nifocci, da Sollus Consultoria foram recebidos pela Diretoria.

A Apadep agradeceu aos parceiros pelo ano de trabalho e pelo compromisso com o aprimoramento contínuo e a qualificação dos serviços.

DEZEMBRO

Mensagem de Natal

No final de dezembro, a Diretoria da Apadep fez questão de preparar uma mensagem especial para associadas e associados, como forma de agradecimento pelo primeiro semestre do biênio 2024/2026.

A Diretoria reconheceu ter sido um ano de muito trabalho e superação de desafios, tendo feito uma mensagem de renovação e união. A Diretoria renovou seu compromisso em contribuir para a construção de uma Defensoria Pública cada vez mais forte.



Ana Paula Meirelles Lewin
Vice-Presidenta



Luiza Lins Veloso
Diretora Financeira



Luiz Felipe Rufino
Diretor Administrativo



Jordana Rolim
Presidenta da Apadep



Rafael Galati
Diretor de Assuntos Legislativos



Laila Rocha Spontón
Membro da Comissão de Assessoria



Priscila Domingos
Defensoria Pública do Interior



Vitor Cavenna
Bibliotecário de Assuntos do Interior



Maria Dolores Mucano
Diretora de Assessoria e Apoio Jurídico



Marina Craveiro
Defensoria Pública Primária



Silvana Jota
Bibliotecária Adjunta de Assessoria Jurídica e Apoio Jurídico



Marcela Moni
Bibliotecária do Município



Raphael Camargo
Diretor Jurídico